



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 08 de novembro de 2023

N.º 24/2023

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e um minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador José Manuel da Silva Lopes Pereira (PPD/PSD) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD) ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 5.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 16/2023 - Reunião ordinária de 05 de julho de 2023**
 - 2. Projeto da Ata n.º 17/2023 - Reunião ordinária de 19 de julho de 2023**
 - 3. Projeto da Ata n.º 18/2023 - Reunião extraordinária de 19 de julho de 2023**
 - 4. Deliberação n.º 1020/2023 – Proposta n.º 58/2023 – GAP – Celebração de protocolo de receção de efluentes entre a Câmara Municipal de Setúbal, os Serviços Municipalizados de Setúbal e a Câmara Municipal de Palmela**
 - 5. Deliberação n.º 1021/2023 – Proposta n.º 59/2023 – GAP – Projeto de Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais**
 - 6. Deliberação n.º 1022/2023 – Proposta n.º 60/2023 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de Natal para os filhos dos trabalhadores da Autarquia - 2023**
 - 7. Deliberação n.º 1023/2023 – Proposta n.º 439/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 17/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em edifícios municipais, pelo período de 36 meses – Adjudicação**
 - 8. Deliberação n.º 1024/2023 – Proposta n.º 441/2023 – DAF/DICONT/SERGEPI – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a GATEM – Cooperativa Cultural, CRL**

9. **Deliberação n.º 1025/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DRH/DIDEC – Alteração da composição do Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente, ciclo avaliativo 2023/2024 e seguintes**
10. **Deliberação n.º 1026/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DRH/DIDEC – Alteração da Composição do Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente, ciclo avaliativo 2021/2022**
11. **Deliberação n.º 1027/2023 – Proposta n.º 39/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico – Escola Básica de Vila Fresca de Azeitão**
12. **Deliberação n.º 1028/2023 – Proposta n.º 433/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 15/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em estabelecimentos de ensino do Município de Setúbal, pelo período de 36 meses – Adjudicação**
13. **Deliberação n.º 1029/2023 – Proposta n.º 136/2023 – DCDJ/DIDES – Associação T10 Sports Culture - Apoio financeiro para a organização do 1.º Torneio Arrábida Beach T10 Futevolei**
14. **Deliberação n.º 1030/2023 – Proposta n.º 137/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense, para a realização da 25.ª edição da "Corrida de São Silvestre do Sado"**
15. **Deliberação n.º 1031/2023 – Proposta n.º 138/2023 – DCDJ/DIDES – Scalibasket Club Associação - Apoio financeiro para aquisição de material**
16. **Deliberação n.º 1032/2023 – Proposta n.º 139/2023 – DCDJ/DIDES – Clube de Canoagem de Setúbal - Apoio financeiro para aquisição de duas embarcações NELO k2 de Competição**
17. **Deliberação n.º 1033/2023 – Proposta n.º 140/2023 – DCDJ/DIDES – Pedido de apoio financeiro para a participação de uma prova de dança desportiva no dia 17 de dezembro de 2023**
18. **Deliberação n.º 1034/2023 – Proposta n.º 427/2023 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 30/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos campos desportivos do Choilo, em Azeitão – Abertura**
19. **Deliberação n.º 1035/2023 – Proposta n.º 432/2023 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 23/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o aluguer de autocarro para transporte de crianças e jovens para atividades do desporto escolar, pelo período de 24 meses – Adjudicação**
20. **Deliberação n.º 1036/2023 – Proposta n.º 276/2023 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por "pedido de emissão de parecer", nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º do RJUE - Processo n.º 76/23**
21. **Deliberação n.º 1037/2023 – Proposta n.º 277/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de loteamento urbano - Processo n.º 1117/22**
22. **Deliberação n.º 1038/2023 – Proposta n.º 278/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de alterações introduzidas no decorrer de obra - Processo n.º 239/19**
23. **Deliberação n.º 1039/2023 – Proposta n.º 279/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º 39/19**
24. **Deliberação n.º 1040/2023 – Proposta n.º 280/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 76/21**

25. **Deliberação n.º 1041/2023 – Proposta n.º 281/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 155/16**
26. **Deliberação n.º 1042/2023 – Proposta n.º 282/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 156/16**
27. **Deliberação n.º 1043/2023 – Proposta n.º 283/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 157/16**
28. **Deliberação n.º 1044/2023 – Proposta n.º 284/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 158/16**
29. **Deliberação n.º 1045/2023 – Proposta n.º 285/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 199/16**
30. **Deliberação n.º 1046/2023 – Proposta n.º 286/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 200/16 – Requerimento n.º 352/23**
31. **Deliberação n.º 1047/2023 – Proposta n.º 287/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 200/16 – Requerimento n.º 353/23**
32. **Deliberação n.º 1048/2023 – Proposta n.º 288/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 374/16**
33. **Deliberação n.º 1049/2023 – Proposta n.º 289/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 375/16**
34. **Deliberação n.º 1050/2023 – Proposta n.º 290/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 376/16**
35. **Deliberação n.º 1051/2023 – Proposta n.º 291/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 377/16**
36. **Deliberação n.º 1052/2023 – Proposta n.º 292/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 378/16**
37. **Deliberação n.º 1053/2023 – Proposta n.º 293/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 379/16**
38. **Deliberação n.º 1054/2023 – Proposta n.º 294/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 380/16**
39. **Deliberação n.º 1055/2023 – Proposta n.º 295/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 381/16**
40. **Deliberação n.º 1056/2023 – Proposta n.º 296/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 382/16**
41. **Deliberação n.º 1057/2023 – Proposta n.º 297/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 256/17**
42. **Deliberação n.º 1058/2023 – Proposta n.º 298/2023 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 30m2 em empena - Processo n.º 160/15**
43. **Deliberação n.º 1059/2023 – Proposta n.º 299/2023 – DURB/GARIU – 2 lonas publicitárias c/ 24m2 cada - Processo n.º 94/23**
44. **Deliberação n.º 1060/2023 – Proposta n.º 300/2023 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 60m2 - Processo n.º 95/23**
45. **Deliberação n.º 1061/2023 – Proposta n.º 301/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 14/23 – Requerimento n.º 423/23**
46. **Deliberação n.º 1062/2023 – Proposta n.º 302/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 14/23 – Requerimento n.º 424/23**
47. **Deliberação n.º 1063/2023 – Proposta n.º 303/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 108/23**
48. **Deliberação n.º 1064/2023 – Proposta n.º 304/2023 – DURB/GAPGPA – Proposta de fixação do período de época balnear 2024**
49. **Deliberação n.º 1065/2023 – Proposta n.º 305/2023 – DURB/GAPGPA – Projeto de regulamento de utilização da Ponte Cais do Portinho da Arrábida e dos espaços de amarração do Portinho da Arrábida, Galapos e do Parque Marinho Luiz Saldanha**

C) Período destinado à intervenção do Público

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal (CBSS), conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 7 e 8;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 9;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;
- d) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo os relativos à emissão de alvarás de construção e utilização, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 11 a 13.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Joel Marques – Voltou a questionar se já existia resposta por parte da locadora que financiara o Imapark, no sentido de viabilizar a intenção do município de estabelecer um protocolo com o Comércio Indústria e de fazer o arrendamento do logradouro 3 à Associação Sonho 21. Reforçou aquilo que era o pedido feito há já várias semanas pelos vereadores do Partido Socialista, de várias documentação relativa àquele processo, bem como do projeto de arquitetura que tinha sido contratado em 2020 que, segundo a informação que o senhor Presidente tinha-lhes dado na última reunião, aparentemente ainda não estaria concluído, a reforçar o pedido que tinha sido feito na última reunião de Câmara, de todas as peças que já tivessem sido elaboradas relativamente àquele projeto.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que a Rua Pereira Cão, no centro histórico, tinha condicionamento de trânsito que implicava o encerramento daquela artéria há já algum tempo, devido a uma obra de um particular que implicava a demolição e reconstrução da fachada de prédio. Uma vez que aquele condicionamento já ultrapassara o período de encerramento inicialmente previsto, foram contactados por utilizadores daquela rua que questionaram se existia uma data prevista para o fim daquele condicionamento.

Disse que tinha sido contactado por um munícipe que os alertou para uma rutura de água na Rua Bartolomeu Dias, reportado aos serviços no dia 25 de outubro e até à presente data permanecia a água a correr. Não era demais realçar a importância ambiental e económica das perdas de água, tratando-se de um problema que assumiu uma dimensão cada vez mais relevante nas preocupações de todos, dada a necessidade premente de assegurar uma gestão cada vez mais eficiente no recurso precioso que era a água.

Deu nota também do estado de degradação acentuado, de abandono e falta de limpeza da fonte dos golfinhos na Avenida Luísa Todi.

Parabenizou o Arquivo Municipal de Setúbal e a sua equipa pela distinção nacional que obtivera, no projeto educativo desenvolvido pelo Unimarc, "O Arquivo vai à tua Escola", na 1.ª

edição do concurso nacional, nos projetos de promoção e desenvolvimento de animação sociocultural. Destacando o seu trabalho e reconhecimento da comunidade educativa, sensibilizando para a importância do património documental, dando a conhecer aos mais novos a história local.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Deu nota da situação reportada pela senhora Vereadora Patrícia Paz relativa ao desperdício de água na Rua Bartolomeu Dias, da qual também receberam essa comunicação e já tinham alertado na reunião anterior. Disse que seria importante perceber-se o que se passava, porque se tratava de uma quantidade de água considerável.

No que se referia ao transporte escolar de uma aluna do ensino particular e numa tentativa de encontrar uma solução, sugeriu que fosse feita uma conversa na Associação de Municípios da Região de Setúbal, no sentido de se encontrar com o município do Montijo, na pessoa do seu Presidente, uma solução que pudesse dar resposta à munícipe que tinha um problema com a sua filha, no que se referia ao transporte, tendo em conta as dificuldades que aquela família estaria a atravessar.

Questionou o senhor Presidente, que falou na última Assembleia Municipal de um investimento privado, em cerca de 3 mil milhões de euros, se seria possível ser um pouco mais concreto e dizer-lhes no que se traduzia o referido investimento.

Sabia que a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia do Sado e São Sebastião faziam parte da Comissão de Acompanhamento da Aurora Lítio, pelo que questionou qual era o ponto de situação dos trabalhos e se já havia informação com mais detalhe sobre aquilo que era o desenvolvimento e implementação do próprio processo, bem como o impacto ambiental do referido projeto.

Relativamente ao Imapark e à Praça de Touros, disse que fizeram chegar ao gabinete do senhor Presidente, ainda decorrendo os prazos previstos para a resposta, um conjunto de questões que nunca viram respondidas concretamente. A última vez que falou sobre aqueles assuntos foi há oito meses, estando na fase final de um projeto. Naquela altura o senhor Presidente agradecera-lhe por levantar a questão, porque se tratava de um projeto importante, estando na sua fase final para que pudessem avançar, no entanto, passaram oito meses e nada acontecera, era preciso rentabilizar aquilo que era o património da autarquia e o investimento que tinha sido feito, pelo que teriam de tomar opções.

O mesmo se passava com a Praça de Touros, o tempo continuava a passar, a praça estava cada vez mais deteriorada e não tinham conhecimento do que estava previsto. O senhor Presidente tinha-lhe dito em fevereiro de 2022, que pensava que dentro de dois ou três meses haveria uma clarificação sobre aquele assunto, no entanto, a mesma ainda não tinha chegado. Agradecera ao senhor Presidente caso tivesse uma informação concreta que lhes pudesse transmitir, sobre aquele assunto.

Sra. Vice-Presidente – No que se referia à questão do prémio atribuído ao Arquivo Municipal, era com muito orgulho, porque era o culminar de um trabalho feito há muitos anos pelo Serviço Municipal de Arquivos.

Referiu que noutras áreas a Câmara também se destacava recebendo variadíssimos prémios, sendo de grande justiça fazer referência que pelo quinto ano consecutivo, receberam mais uma vez a bandeira verde, que era atribuída pela ABAE ao Município de Setúbal, de mais um trabalho dos serviços que merecia todo o reconhecimento.

Disse que falavam de um trabalho na área do arquivo muito importante, o qual se interligava com a área da educação, falavam de serviço educativo, assim como na área da sensibilização ambiental que era um dos pilares da atribuição da bandeira verde. Deveriam estar todos muito orgulhosos, quer na área dos arquivos, quer na área do ambiente e em outras áreas que a Câmara se distinguiu. A tudo aquilo devia-se aos trabalhadores do município e ao empenho que tinham no desempenho das suas funções.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins, que voltara a falar da questão do transporte de uma aluna residente no concelho de Setúbal, mas que estava matriculada numa escola do ensino particular e cooperativo fora do concelho de Setúbal. Disse que efetivamente não havia uma resposta que satisfizesse as pretensões daquela família. A Câmara Municipal esteve envolvida na tentativa de resolução daquele problema que era complexo. Disse que naquele dia falou com o Gabinete da Provedoria de Justiça que também acompanhava o caso.

A Câmara Municipal em final de setembro, em resposta à Provedoria, fez a proposta de que podia haver uma alteração legislativa, para que aquele transporte, não pertencendo à rede pública, pudesse ser considerado por essa via, porque havia uma fraca resposta das instituições e da escola pública em relação àquele tipo de problemática. Enviaram para DGESTE as questões colocadas pela mãe e que lhes fosse dada ou não autorização para que fizessem o transporte escolar, à semelhança do que faziam dos outros alunos que estavam no concelho de Setúbal. Obtiveram a resposta de que existia outra possibilidade, sendo que essa outra possibilidade não era bem acolhida pela encarregada de educação. Existia aquele diferendo que teria de ser tratado.

Para si, a questão que a mais preocupava passava por resolver o problema daquela família, porque eram feitos muitos quilómetros diariamente, mas preocupava-a muito mais a resposta que o país, no âmbito da educação inclusiva, dava às nossas crianças. Desde que saíra o decreto-lei n.º 54, a escola pública e bem assumira muito mais responsabilidades naquela matéria, mas haveria um longo caminho para percorrer, que no futuro teriam de evitar que as crianças não tivessem aulas próximo da sua casa. A escola pública teria de se adaptar à nova legislação, teria que ter os recursos que eram necessários para que aquelas crianças pudessem gozar plenamente daquilo que era um direito que tinham.

Disse falarem de falta de recursos em muitas das escolas públicas para acolher a referida criança e falavam de uma resposta que existia a mais de 30 quilómetros.

Falavam de instituições privadas e não de instituições públicas e aquilo que precisavam, sendo que o Decreto-Lei n.º 54 preconizava que a escola pública tivesse de dar resposta àquelas situações. Aquilo que se passava naquela situação, poderia passar-se com mais crianças, poderia passar-se em mais sítios no país. Cabia principalmente ao Ministério da Educação dar às escolas, os recursos e os meios para poderem ter uma verdadeira educação inclusiva e não uma educação inclusiva que tivesse apenas num decreto-lei. Tinham um caso de uma aluna ali que era concreto, mas poderiam entrar em muitos outros casos, que depois deixariam de ter resposta para aquelas crianças.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que já tinham falado com a CERCÍ do Montijo, no sentido de perceber, porque normalmente os transportes naquelas instituições privadas estavam a cargo da própria instituição, no entanto, a instituição em causa não tinha capacidade para ter mais aquele transporte e a única opção que tinham passaria pela instituição assegurar transporte recorrendo ao privado. Caso tivessem a autorização por parte da DGESTE, certamente que iriam fazer à semelhança de alunos que eram transportados para o Seixal que tinham uma unidade de referência de surdos, cerca de 11 crianças, ou de alunos que eram transportados para Sesimbra, para a Escola da Boa Água com a valência em matéria de educação especial.

Disse que a Câmara poderia fazer aquele tipo de transporte, mas precisava de ter a autorização e o enquadramento legal.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Disse que o projeto de execução Aurora era desenvolvido para ser apresentado no estudo de impacto ambiental à APA, à qual a Câmara já emitira parecer e só na sequência da apreciação do estudo de impacto ambiental a Câmara seria novamente envolvida, ainda que acompanhasse o processo via Comissão de Acompanhamento e os próprios pareceres que seriam consultados no decurso do estudo de impacto ambiental.

Relativamente à Rua Pereira Cão, disse que a rua foi fechada para serem realizadas obras de contenção num imóvel que estava instável, com perigo de utilização à circulação automóvel e

pedonal, sendo realizada por uma entidade privada e conforme a previsão estaria concluída no fim do mês de novembro, início do mês de dezembro, para permitir com segurança voltar a reabrir a circulação daquela via.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Relativamente à perda de água na Rua Bartolomeu Dias, disse que se tratava de uma situação sinalizada e que antes da próxima reunião de câmara estaria resolvido, estando numa linha de prioridades sequencial com outras prioridades. Relativamente aos buracos resultantes de intervenções no espaço público, resultante de roturas e de outras intervenções no sistema de abastecimento de água ou saneamento, das quase 380 situações por resolver que tinham no início dos Serviços Municipalizados estavam reduzidos a 61 situações, as quais tinham 3 semanas, estando a aproximar do objetivo de entre 10/15 dias resolverem cada uma das intervenções, aguardando apenas a compactação. Falavam de 17 intervenções de betuminoso, 33 de calçada, 3 de lancil e 8 pavé no total 61 intervenção. Foi uma alteração radical relativamente à situação que tinham uns meses atrás e uma aproximação ao objetivo que definiram de garantir que cada intervenção no espaço público para que fosse assegurada num curto espaço de tempo, entre 10 e 15 dias. Sendo que o essencial estaria relacionado com intervenções a partir de 15 de outubro para cá. Relativamente à fonte dos golfinhos, a mesma iria ser eliminada no quadro de uma intervenção global de reabilitação da Avenida Luísa Todi e seria realocado a par de outras intervenções que iam acontecer na Av. Luísa Todi. Disse ser um projeto que seria apresentado no momento certo, integrado num empréstimo que era preparado.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Questionou o senhor Vereador Carlos Rabaçal se seria somente a fonte dos golfinhos e não a fonte das ninfas.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – A fonte dos golfinhos era para eliminar a que existia e substituir por outra nova fonte noutra local, a fonte das ninfas iria ter uma intervenção luminotécnica para melhorar os circuitos de circulação de água e de iluminação, a mesma mantinha-se no local, porque era uma excelente fonte.

Sra. Vereador Sónia Martins – Disse que se tinha iniciado a intervenção na Praça do Brasil e tinham conhecimento que a empreitada de requalificação tinha um valor de 474 mil euros, pelo que gostaria de saber qual seria o valor total da requalificação, uma vez que haveria outros custos associados.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que o valor da empreitada era aquele que constava e não haveria mais valores para além do valor da empreitada. A empreitada iria envolver a Quinta do Tavares e a Praça do Brasil. A rotunda e o seu embelezamento saí de fora daquele valor, sendo um trabalho à parte. Disse que não conhecia mais valores que ultrapassassem o valor da empreitada.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marque e a senhora Vereadora Sónia Martins relativamente ao Imapark, que já tinha referido várias vezes que estava decidido desde há muito tempo, qual a sua utilização futura, sendo a deslocalização do Mercado Abastecedor, que era o maior mercado abastecedor da península de Setúbal e do distrito, o qual tinha sido deslocalizado de uma zona que não tinha condições para se desenvolver e com a localização que decidiram em instalações arrendadas continuava a desenvolver-se, no entanto, pretendiam instalá-lo em espaço municipal. Também, como já tinha sido várias vezes anunciado, a deslocalização da loja de segunda venda, libertando a zona ribeirinha, num acordo estabelecido com a administração portuária, logo que houvesse condições, seria deslocalizada para o Imapark. Disse que estariam a falar de investimentos de cerca de 10 milhões de euros. Não eram investimentos que se decidissem como se fizessem outra obra qualquer.

Faziam o esforço de procurar para que houvesse parceiros que se quisessem associar àquele investimento da Câmara Municipal no sentido de que o investimento da Câmara Municipal fosse menor do que aqueles valores ali associados. Em breve prazo haveria condições para isso. As empresas que eram contactadas e que manifestavam interesse e disponibilidade para fazer os seus investimentos em parceria, haveria uns que consideravam uma boa solução, outros não e seria naquele quadro que trabalhavam. Sobre a utilização do Imapark as questões estariam bem determinadas.

Dizer que o Imapark estaria ao abandono, cada um veria as coisas com os seus olhos. O Imapark era um espaço em que tinha sido retirado de muito daquilo que existia, tinha sido limpo, tinham uma guarda e uma portaria. Cada um que lá se deslocava achava que estaria ao abandono, completamente deteriorado. O Imapark era aquilo mesmo, nunca foi outra coisa, quando a Câmara Municipal o adquiriu era pior do que aquilo que lá estava.

A Câmara Municipal estava, como lhe competia, a encontrar parceiros para poderem investir com a câmara para que se consiga fazer designadamente a implantação daquelas duas áreas de atividade que eram fundamentais para a região. A Câmara Municipal pagava a renda do atual Mercado Abastecedor e a lota de segunda venda estava numa zona ribeirinha, sendo que o objetivo da Câmara Municipal era retirar da zona ribeirinha tudo o que colocava em causa o acesso e a qualidade do espaço ribeirinho. Só faria os investimentos quando tivessem melhores condições.

Relativamente à Praça de Touros a situação era um pouco idêntica. Quando fizeram a aquisição da Praça de Touros vinha na própria proposta, qual o objetivo do investimento. Havia algumas dúvidas se ficaria com a possibilidade da utilização como praça de touros ou não, tendo sido feito estudos sobre isso e verificavam que cada vez fazia menos sentido manter-se naquele espaço uma praça de touros, ainda mais, porque os valores que foram estimados daqueles estudos apontavam para uma dimensão que cada vez justificavam menos terem aquela valência em consideração.

Relativamente ao espaço de multiusos tinha sido anunciado quando foi a reunião de Câmara a proposta para adquirir a praça de touros. Tudo aquilo tinha de ser visto também no enquadramento daquele espaço urbano e era isso também que tinha de ser avaliado, não era fazer uma intervenção e um investimento por fazer, tinham sempre de planear as intervenções, que envolviam os agentes no território e qualificavam o território. Para isso, teriam de envolver os agentes que tinham possibilidades de intervir e com interesses no território envolvente.

Havia um protocolo com o Comércio e Indústria para a construção de um parque de estacionamento que era um processo que se arrastava há algum tempo, sendo uma das questões centrais. Só seria possível investir num multiusos quando estivesse definido a questão do parque de estacionamento. No âmbito daquele protocolo, o Comércio e Indústria cedera a possibilidade a uma empresa para fazer a exploração daquele espaço, pelo que continuavam em negociações no sentido de encontrar uma solução definitiva, que do ponto de vista urbanístico fosse positivo para aquela área envolvente. Para além da praça de touros envolver-se num bairro que era tradicional e cuja estrutura urbanística deveria ser preservada, tudo aquilo teria de ser visto no seu conjunto. Ainda recentemente aquelas casas estavam praticamente todas ao abandono e agora estariam praticamente recuperadas.

Relativamente à fonte dos golfinhos, era do conhecimento público que aquela solução de colocar a fonte com uma envolvente de árvores de folha caduca não resultaria. A fonte iria ser deslocalizada e aquele espaço iria ser requalificado no prolongamento daquilo que era a calçada e o prolongamento naquele espaço da Avenida. A fonte voltava para a rotunda onde esteve inicialmente, não sendo o mesmo que já lá esteve.

Informou a senhora Vereadora Sónia Martins, que já tinha referido várias vezes, que a questão dos valores superiores a 3 mil milhões de euros de investimento, estaria a referir-se a projetos que estavam em desenvolvimento e que passavam pelo urbanismo no município, tendo reuniões com os promotores e dentro da credibilidade da conclusão desses investimentos era nesse quadro que falava num investimento privado no município para os próximos 3 anos para o desenvolvimento daqueles projeto em valores superiores a 3 mil

milhões de euros, sendo uma situação única no município, aqueles valores de investimento por parte dos privados. Tratava-se de investidores que mereciam confiança, e era naquele sentido que falavam daqueles valores, certamente que alguns daqueles investimentos, eventualmente poderiam ficar pelo caminho como outros ficaram, no entanto, estariam a falar daquilo que conheciam, daquilo que lhes merecia confiança, do trabalho que tinham com aqueles investidores, dos investimentos de grande monta que dependiam sobretudo de instituições a nível do Estado, sendo um percurso que tinha que ser feito, os quais eram acompanhados pela Câmara o que lhes dava algumas credibilidades daqueles projetos.

Quando falavam em 3 mil milhões de euros de investimento privado em Setúbal, referia-se a projetos que estavam muito mais desenvolvidos, alguns em fase final e outros já em execução, como era o exemplo da Navigator, como sendo um dos maiores investimentos naqueles 3 mil milhões, estando relacionados com a introdução de novas tecnologias, de novos equipamentos, no âmbito da recuperação de energia. Outro exemplo, seria o investimento da Northvolt e da GALP, que acompanhavam com muita atenção através de várias reuniões que tiveram com as direções. Na realidade, todos aqueles pareceres foram aprovados em reunião de Câmara.

Também outros projetos na área do hidrogénio verde, que nada estariam relacionados com outros projetos que naquela altura eram tão divulgados, porque se tratavam de projetos de acionistas que não poderiam ser associados a outros que ouviram falar. O hidrogénio verde seria um projeto que era para instalar na zona da central termoelétrica. O projeto de quatro hotéis, sendo que dois deles estariam em fase de iniciar a sua construção, para além de outros que não tinha ali presentes.

Disse que estaria a divulgar aqueles valores no sentido de que outros investimentos pudessem vir atrás daqueles. Quando se divulgava investimentos naquele valor ia certamente no sentido de que outros investimentos pudessem vir atrás.

Referiu-se ao investimento municipal, em que na semana anterior aprovaram um investimento de 36,6 milhões de euros, não falando exclusivamente do caso da habitação que já ia num investimento de cerca de 60 milhões de euros, falaria noutros projetos que já tinham sido aprovados no seu financiamento, num valor superior a 30 milhões de euros de investimento municipal.

Disse que alguns consideravam que seria muito pouco para o potencial que a Câmara Municipal tinha, mas era aquilo que se conseguia fazer, porque o equilíbrio orçamental da Câmara Municipal era uma questão central para o executivo CDU, porque tinham experiências do passado que não eram nada positivas e que lhes fizeram passar por tempos muito difíceis, como tal não pretendiam voltar àquela situação.

Bastava os vereadores ter em atenção aos dados saídos do INE para verificar que, provavelmente, o município de Setúbal era o segundo maior município a nível nacional que tinha maior capacidade de captação de fundos comunitários em Portugal, sendo que o primeiro era Lisboa.

Aquela dimensão não era para menosprezar, todos se deveriam orgulhar por viverem num município que era o segundo maior a nível nacional, que tinha a segunda maior capacidade de investimento em Portugal. Não via ninguém a falar sobre aquelas questões que eram muito importantes, até para terem orgulho de viver no concelho, por serem ativos e por terem responsabilidades políticas enquanto vereadores naquele território. Disse serem formas de estar na vida e na política.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o senhor Presidente não tinha respondido às questões que tinham sido colocadas, uma vez que as mesmas não tinham sido sobre o projeto de intenções que o executivo CDU tinha para utilização do Imapark.

Sr. Presidente – Disse que não se tratava de intenções, mas de compromissos do município.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que sabia que o executivo fazia um planeamento a longo prazo, num prazo tão longo que fazia a aquisição do espaço sem ter dinheiro para depois fazer a intervenção.

Sr. Presidente – Disse que eram formas bem diferentes de estar na política.

Sr. Vereador Joel Marques – A sua questão não foi sobre o projeto de intenções, mas sobre o projeto de arquitetura. O projeto de arquitetura que o município havia contratado em 2020, publicado no Portal Base, no dia 9 de outubro de 2020, pelo qual pagou 54 mil euros, era desconhecido, tendo sido solicitado na última reunião da Câmara, na qual o senhor presidente disse que ainda faltavam algumas peças, estando a sofrer algumas alterações. Disse acreditar que em 3 anos, o grosso do projeto já estaria concluído e por essa razão pretendia ter acesso ao mesmo, bem como à restante informação que tinham solicitado. Na reunião de Câmara, foram discutidas duas propostas, uma de arrendamento do logradouro 3 à Associação Sonho 21 e outra de protocolo estabelecido entre o município e o Comércio Indústria. Perceberam haver uma cláusula no contrato de locação financeira assinado pelo município, que determinava que a cedência de qualquer parte daquele espaço, deveria ser autorizada pela locadora, pela Caixa Leasing Factoring. Houve um apelo do senhor Vereador Fernando Negrão para confiarem nas palavras do senhor Presidente. A questão prendia-se precisamente com aquilo que seria saber se houve autorização da locadora, sendo que na última reunião ainda não existia essa autorização, para perceber se o contrato de arrendamento ou o protocolo já tinham sido ou não assinados com as respetivas entidades.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Joel Marques que todos deviam ter um pouco mais confiança, uns nos outros. O senhor Vereador fez a pergunta na última reunião de Câmara, à qual lhe respondeu que foi consultada a locadora e que a mesma ficou de enviar à Câmara Municipal um documento, para que não se voltassem a criar situações daquelas. Não sendo apenas pelo Sonho 21, mas para outras intervenções, designadamente as intervenções de fundo que pudessem fazer e que estivessem salvaguardados num documento. Aquele documento ainda não chegou, no entanto, deu resposta ao senhor Vereador na última reunião, conforme poderia constar em ata. Tal como se comprometeu na primeira reunião em que veio o documento, dizendo que não haveria assinatura de nenhum documento. Esperava não ter que repetir mais vezes. Há falta de melhor os senhores Vereadores voltavam sempre às mesmas perguntas e faziam de conta que não lhes deu resposta. Disse que já tinha dado respostas daquelas questões do Imapark várias vezes, aquilo que eram os compromissos da câmara, sendo público aqueles projetos. Disse várias vezes que aquelas parcerias que procuravam com empresas que deveriam ter atividades compatíveis com a utilização daquele espaço. Relativamente ao projeto de arquitetura referente ao dia 9 de outubro de 2020, não lhe saberia dizer sobre o mesmo, no entanto, se o senhor vereador fez um requerimento, certamente que os serviços haveriam de dar resposta ao mesmo.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a resposta que o senhor Presidente deu na última reunião de câmara era a mesma que ali deu e não correspondia àquilo que era a pergunta. O senhor Presidente dissera que já tinha solicitado à locadora e que a mesma se comprometera em fazer chegar um documento que permitisse evitar que aquela situação se repetisse no futuro, permitindo que o município concretizasse o protocolo e o contrato de arrendamento. A sua questão não era se houve aquele compromisso por parte da locadora, a sua questão era saber se o compromisso já se concretizara.

Sr. Presidente – Disse que já tinha respondido que não se tinha concretizado nada, nem se poderia concretizar.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o senhor Presidente lhe tinha respondido há 15 dias que não se tinha concretizado, e voltara a responder que não se concretizara. Numa futura reunião caso não houvesse nenhuma informação em contrário, voltaria a questionar até ter a garantia que aquela situação estava definitivamente resolvida.

Sr. Presidente – Disse que voltaria a responder e era para isso que serviam as reuniões de Câmara, para voltar a fazer todas aquelas perguntas.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que servia para garantir que as propostas que eram aprovadas em reunião de Câmara tinham condições para serem concretizadas.

Sr. Presidente – Disse que os compromissos que eram assumidos pelo atual executivo eram cumpridos, porque haveria muito por aí quem não cumprisse.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que gostaria que ficasse bem claro em nome da bancada do Partido Socialista que não foi um documento qualquer que tinha sido encontrado no dia 9 de outubro de 2020. O requerimento que fizeram na última reunião estaria relacionado com o facto de a Câmara Municipal de Setúbal ter feito um ajuste direto relativamente a dois projetos, o da Praça de Touros e o projeto para o Imapark.

Os projetos foram contratualizados pela Câmara Municipal de Setúbal, por ajuste direto, em 2020, e já estavam em 2023, quase a entrar em 2024 e as informações que o senhor Presidente tinha-lhes dado, relativamente à Praça de Touros estariam “a estudar, a estudar, a estudar” o que iria ser feito e relativamente ao Imapark o mesmo, tinham o compromisso “de fazer, de fazer, de fazer”.

Na verdade, existiu um ajuste direto, sendo contratualizado a elaboração de dois projetos, sendo um para a Praça de Touros e outro para o Imapark que já tinham sido pagos. Aquilo que os vereadores do Partido Socialista requereram ao senhor Presidente, não foi um documento encontrado por aí, mas foi dois ajustes diretos que já tinham sido cumpridos, porque havia um prazo para a sua execução. Disse que foi no resultado do ajuste direto que os Vereadores do Partido Socialista requereram há 15 dias que ainda não lhes foram entregues. Aquilo que voltavam a requerer em reunião de Câmara era o resultado do ajuste direto, sendo um deles no valor de 54 mil euros e outro no valor de 20 e tal mil euros.

Sr. Presidente – Informou o senhor Vereador Fernando José que já tinha dito que, em função do requerimento, os serviços dariam uma resposta ao requerimento.

Terminava o primeiro ponto de antes da ordem do dia, pelo que passariam para o segundo ponto do período de antes da ordem do dia.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 14 e 15.

“Saudação

Cáritas Diocesana de Setúbal

No 47.º aniversário da Cáritas Diocesana de Setúbal, é com profundo respeito e reconhecimento que saudamos esta instituição que tem desempenhado um papel fundamental junto das populações. Há 47 anos, D. Manuel Martins, 1.º Bispo de Setúbal, assinou o Decreto de constituição da Cáritas Diocesana, deixando um legado que continua a inspirar e guiar o trabalho desta organização. Transformou-se posteriormente numa obra de dimensão significativa, sendo hoje a segunda maior do país contando com cerca de 150 trabalhadores e 1200 utentes em diversas respostas sociais.

Reconhecemos o trabalho desenvolvido, nunca esquecendo que os desafios que enfrentamos são significativos para as comunidades mais vulneráveis. Vivemos num distrito marcado por enormes dificuldades sociais nos últimos anos. São muitos os problemas que nos afligem

diariamente, há cada vez mais pessoas a pedir ajuda e a ficar numa situação de pobreza, ainda que trabalhem todos os dias.

A Cáritas Diocesana de Setúbal, com o seu trabalho incansável, é um apoio fundamental para aqueles que mais precisam. Proporciona apoio, assistência e dignidade a milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade. A Cáritas não só fornece recursos materiais, mas também cultiva a esperança e a solidariedade. É imperativo, portanto, reconhecer a dedicação dos seus trabalhadores e voluntários que diariamente desenvolvem as atividades da Cáritas Diocesana de Setúbal. O seu compromisso com a comunidade e a missão da instituição é notável.

Por isso, à Cáritas Diocesana de Setúbal, aos seus trabalhadores e voluntários, prestamos uma homenagem sincera e expressamos a nossa gratidão por 47 anos de serviço inestimável à comunidade. Que este seja apenas o começo de muitos mais anos de impacto positivo na vida daqueles que mais necessitam. O seu trabalho é essencial para a construção de uma Setúbal mais justa, compassiva e solidária.”

“Saudação

UNISETI - Universidade Sénior de Setúbal

No 20.º aniversário da UNISETI - Universidade Sénior de Setúbal, saudamos todos aqueles que fazem parte desta comunidade, os Órgãos Sociais, Professores e Alunos que têm vindo a desempenhar um papel vital na promoção da aprendizagem ao longo da vida para a terceira idade. Fundada em 4 de novembro de 2003, a UNISETI estabeleceu um conceito de instituição que aborda tanto os aspectos académicos quanto os sociais e lúdicos, reconhecendo a riqueza do conhecimento que é adquirido após a idade convencional de educação formal.

A UNISETI abraça uma missão única ao proporcionar oportunidades de aprendizagem e crescimento pessoal para idosos na região. Esta abordagem flexível à educação permite que as pessoas se inscrevam nas disciplinas da sua preferência, permitindo que invistam na sua aprendizagem conforme os seus desejos e necessidades.

A aprendizagem ao longo da vida é fundamental para a inclusão social, especialmente num mundo em constante evolução e aceleração. A UNISETI tem sido uma força impulsionadora na promoção do bem-estar intelectual e social de muitos indivíduos idosos, é o exemplo daquilo que se deve fazer para a promoção do envelhecimento ativo e saudável. Os seus 20 anos de compromisso com a educação contínua são um testemunho da sua dedicação em oferecer oportunidades de aprendizagem, interação social e desenvolvimento pessoal para a terceira idade.

Parabéns à UNISETI por alcançar este marco importante e por continuar a enriquecer as vidas de muitos. Desejamos-lhes muitos mais anos de sucesso na promoção da educação e da inclusão social dos idosos em Setúbal.”

Sr. Vereador José Pereira – Leu as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 16 a 18.

“Saudação

Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal

A Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal, que celebrou recentemente o seu 45.º aniversário, merece um reconhecimento especial por atingir este marco histórico. Desde a sua fundação em 1978, esta associação tem sido um farol de esperança para milhares de doentes que diariamente dependem do sangue doado para sobreviver.

Neste marco significativo, é imperativo destacar o incrível esforço e dedicação da associação, bem como o apoio inestimável de todos os dadores de sangue. Os dadores voluntários são os heróis anónimos que, através do ato desinteressado de doar sangue, salvam vidas e proporcionam uma segunda oportunidade a tantos que enfrentam desafios de saúde complexos.

Este aniversário é uma oportunidade para agradecer a todos os que têm dado o seu sangue ao longo dos anos e para apelar à solidariedade contínua de todos. Cada doação é um ato de generosidade e compaixão que faz uma diferença inestimável na vida daqueles que necessitam. Encorajamos todos a considerarem tomarem-se dadores de sangue ou a manterem o seu compromisso contínuo com esta nobre causa.

À Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal, aos seus membros e a todos os dadores, enviamos os nossos sinceros parabéns e agradecimentos por 45 anos de serviço notável à comunidade. Que este seja apenas o início de muitos mais anos de sucesso na nobre missão de salvar vidas e proporcionar esperança àqueles que precisam.

É deste compromisso com a comunidade que Setúbal se faz.”

“Saudação

Academia de Patinagem Artística de Setúbal

No quinto aniversário da Academia de Patinagem Artística de Setúbal, é com grande satisfação que saudamos esta instituição que tem vindo a desempenhar um papel fundamental na promoção e desenvolvimento da patinagem artística na região. Fundada a 31 de outubro de 2018, a Academia de Patinagem Artística de Setúbal tem sido um exemplo de excelência na prática desta modalidade.

A patinagem artística é uma modalidade que exige uma elevada destreza técnica e uma forte componente artística na interpretação e representação coreográfica. Esta fusão única entre técnica e arte torna a patinagem artística uma atividade verdadeiramente especial que enriquece tanto o desenvolvimento desportivo quanto o cultural do concelho de Setúbal.

Durante estes cinco anos, a Academia de Patinagem Artística de Setúbal tem trabalhado arduamente para proporcionar aos seus atletas, jovens e adultos, as ferramentas e oportunidades para explorar e aprimorar as suas habilidades na patinagem artística. A dedicação dos treinadores, atletas e de todos os envolvidos na academia tem permitido o crescimento e a evolução contínua da modalidade na região.

Neste quinto aniversário, reconhecemos e aplaudimos os esforços e conquistas da Academia de Patinagem Artística de Setúbal. Desejamos-lhes um futuro brilhante, repleto de sucesso e crescimento contínuo na promoção da patinagem artística na nossa cidade!”

“Saudação

Coral Luísa Todi

No 62.º aniversário do Coral Luísa Todi, saudamos esta instituição que tem desempenhado um papel fundamental no enriquecimento da vida cultural de Setúbal. Fundado a 25 de outubro de 1961 por Maria Adelaide Rosado Pinto e Aurélio Lino da Conceição Fernandes, o Coral Luísa Todi reavivou uma tradição musical de que Setúbal se orgulha profundamente.

Ao longo dos anos, o Coral Luísa Todi realizou inúmeros concertos e desempenhou um papel essencial na organização de algumas das mais importantes manifestações culturais no campo da música em Setúbal. O seu repertório é notável pela sua qualidade e versatilidade, abrangendo uma ampla gama de géneros musicais, desde o popular até ao clássico, para cativar diferentes públicos.

O Coral Luísa Todi teve o privilégio de ser dirigido por vários maestros ao longo da sua existência. Nomes como Américo Vieira, Jorge Manzoni e Paulo Lourenço merecem destaque especial pelo trabalho que desenvolveram enquanto estiveram à frente do Coral.

O Coral Luísa Todi desempenhou um papel vital na promoção da música e na preservação da rica herança musical de Setúbal. A sua dedicação à qualidade musical e à educação artística é verdadeiramente notável. Ao longo destas seis décadas, o Coral Luísa Todi conquistou um lugar de destaque no coração da cidade de Setúbal e por todos é considerado um ex-libris cultural da região.

Neste aniversário, prestamos homenagem ao Coral Luísa Todi e expressamos o nosso reconhecimento pelos seus contributos ao mundo da música e à nossa comunidade. Que continuem a encantar-nos com a sua música por muitos anos vindouros. O seu compromisso e paixão pela música são uma inspiração para todos nós.”

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 19 a 23.

“Saudação

Aniversário da Cáritas Diocesana de Setúbal

A rede Cáritas é constituída por vintes Cáritas Diocesanas, espalhas por todo o país, unidas na Cáritas Portuguesa, e inúmeros grupos locais que atuam em proximidade, nas paróquias e comunidades.

Destas vinte, faz parte a Cáritas Diocesana de Setúbal, que celebrou o seu aniversário no passado dia 1 de outubro. Fundada em 1976, celebrou o seu 47º aniversário e assinalou décadas de importantes contributos para o desenvolvimento social do nosso concelho, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

A sua atividade é desenvolvida junto da comunidade, para a construção de uma sociedade solidária e participativa, onde prevaleça a justiça, a paz, a liberdade e a solidariedade ao serviço da dignidade humana.

Desta forma, a Cáritas Diocesana de Setúbal garante respostas sociais de apoio a pessoas seropositivas, a pessoas em situação de sem-abrigo e a jovens mães, bem como o acolhimento de crianças em situação de perigo. Dispõe de serviços de ação social e intervenção comunitária, assim como CATL, creche familiar, creche, pré-escolar e clube de jovens. É igualmente a entidade coordenadora do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo, o qual tem como objetivos a promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação, o reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo, e a coordenação, monitorização e avaliação da Estratégia Nacional Intervenção com a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2017-2023

Desenvolve também diversos projetos, como “Ser + Família Ser + Comunidade”, “Projeto Amigo - Doação de vestuário usado”, “UMA PONTE DE ESPERANÇA - Padrinhos de S. Tomé”, “Projeto – A 3Mãos” e “Projeto Recriar-se”, criando sinergias com outras entidades, com vista a encontrar mais e melhores respostas.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Cáritas Diocesana de Setúbal e todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal

Segundo dados do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, apresentados no último relatório de Atividade Transfunsional e Sistema Português de Hemovigilância, referente a 2022, verificou-se um aumento no número de inscrições para a dádiva e no número total de dadores, com uma estabilização no número de dadores que realizaram dádivas. Contudo, continuamos a ser confrontados, de forma recorrente, por alertas e apelos urgentes à dádiva de sangue um pouco por todo o país.

Foi ainda em julho de 2023, que o Centro Hospitalar de Setúbal realizou o seu mais recente apelo à dádiva de sangue, com o objetivo de restabelecer as reservas existentes, que se encontravam em níveis críticos.

Neste sentido, e apesar do aumento de dadores inscritos, torna-se clara a relevância de entidades como a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal, que desenvolvem um importante trabalho junto da população, com a realização de ações de sensibilização e a organização de colheitas de sangue, percorrendo o nosso território, tentando tomar este ato o mais acessível a todos, com vista a alcançar o seu objetivo e lema “DÊ SANGUE – SALVE UMA VIDA”.

Desde a sua fundação, em 1978, até ao ano de 2021, a Associação já realizou 721 colheitas, nas quais compareceram 23.770 dadores, que contribuíram com +- 8.583 litros de sangue (+- 19.074 dadores), tendo sido registados, até à data de 31 de dezembro de 2021, 5.327 associados.

Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Setúbal, órgãos sociais e associados pelo seu 45º aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da UNISETI – Universidade Sénior de Setúbal

A UNISETI – Universidade Sénior de Setúbal, uma cooperativa de ensino sem fins lucrativos, que iniciou a sua atividade em 2003, celebrou o seu 20º aniversário no passado dia 3 de novembro.

As universidades séniores desempenham um papel determinante para promoção do bem-estar e qualidade de vida da população idosa, proporcionando as condições necessárias, para que os seus alunos tenham a possibilidade de desenvolver capacidades e adquirir competências, promovendo o envelhecimento ativo.

Segundo dados partilhados pela RUTIS, rede que une as universidades seniores/Terceira Idade, este ano letivo o número de alunos é de 68.235 a nível nacional, sendo que o número tem vindo a crescer gradualmente.

Desta forma, a UNISETI desenvolve o seu trabalho junto da população idosa de Setúbal e Azeitão, tendo como objetivo desenvolver atividades educativas, culturais e formativas, nomeadamente ministrar cursos livres de ensino superior, promovendo social e culturalmente a Terceira Idade nas áreas da educação, cultura, saúde e outras.

Como forma de celebrar 20 anos de atividade, irá criar, este ano letivo, uma horta pedagógica e sustentável, permitindo que o terreno, afeto ao espaço do estabelecimento de ensino, acolha plantações de tomate cereja, alfaces, couves brócolos, nabos, cenouras e ervas aromáticas, numa resposta à pobreza e à fome, um dos Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a UNISETI, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem, de alguma forma, para a sua atividade por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário do Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão

Fundado em 2003, o Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão celebrou o seu 20º aniversário no passado dia 1 de novembro.

Criado por um pequeno grupo de amigos de longa data, foi crescendo com o passar dos anos, tendo atualmente perto de 30 membros. Tem como objetivo promover a prática desportiva, nomeadamente do ciclismo de montanha, de forma responsável e em harmonia com a natureza, com base nos valores da igualdade e inclusão.

O Núcleo procura desenvolver, ao longo do ano, vários eventos de carácter cultural, gastronómico e desportivo, tendo vindo a ser reconhecido pelos mesmos, pela comunidade local e ciclística.

Neste sentido e reconhecendo o papel determinante do movimento associativo no contexto local, enquanto elemento impulsionador nas áreas da cultura, desporto, juventude, educação, entre outras, os vereadores do Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de BTT de Vila Fresca de Azeitão, bem como todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, contribuem para a sua atividade por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário da Academia de Patinagem Artística de Setúbal

Fundada em 2018, a Academia de Patinagem Artística de Setúbal celebrou o seu 5º aniversário no passado dia 31 de outubro.

A sua atividade tem por base a promoção da prática da patinagem artística, uma modalidade desportiva de elevada exigência técnica, com uma forte ligação à arte, na interpretação e representação coreográfica.

Tem, desde a sua criação, desempenhado um importante papel para o desenvolvimento da patinagem artística no nosso concelho, constituindo-se como um parceiro fundamental do poder local para a promoção da prática desportiva, em especial junto dos mais jovens.

Urge dotar o nosso concelho das condições necessárias, seja através da criação de infraestruturas adequadas, que sirvam, verdadeiramente, o movimento associativo e a população ou da criação de mecanismos claros, transparentes e democráticos para a atribuição de apoios, para que entidades como a Academia de Patinagem Artística de Setúbal consigam desenvolver a sua atividade, que tanto contribui para a promoção bem-estar e qualidade de vida, bem como para o desenvolvimento do território no seu todo.

Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Academia de Patinagem Artística de Setúbal, órgãos sociais, treinadores e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Disse que aquelas saudações eram também para todos enquanto concelho, em que a dinâmica daquelas instituições representava a força e a vitalidade no futuro.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que o senhor Presidente, através do Gabinete de Apoio à Presidência, parabenizou todas as instituições que realizavam os seus aniversários, durante o mês em que se realizavam as reuniões de câmara.

Naquele tempo em que todos poderiam refletir sobre aquilo que era o tempo da política, valeria a pena pensar o que aquele Órgão pretendia fazer, sem prejuízo daquilo que era a legitimidade que cada força política ali representada se sentia no dever de cumprimentar, parabenizar, valorizar e elogiar aquilo que era o trabalho das instituições.

Disse ser um exercício que deveriam fazer para perceber se aquele seria um cumprimento que deveria ser individualizado por cada uma das forças políticas ou se seria a valorização, tal como já tinha sido dito em outros diferentes momentos, por aquilo que era o Órgão, sendo o Órgão a valorizar as instituições, para além daquilo que eram as expressões que elas mesmas constituíam pelos seus dirigentes, pelos seus técnicos, pelos seus diretores, pelos seus protagonistas, fossem atletas, do foro cultural-social ou de outra ordem qualquer.

Pretendia uma vez mais reafirmar que a Câmara Municipal através do Presidente da Câmara Municipal parabeniza todas essas instituições através de carta dirigida às mesmas.

Porque novembro era um mês muito fértil nos aniversários das muitas das instituições das mais diferentes áreas, numa sequência muito interessante que era o dia 20, 21, e 22 de novembro, com mais 300 anos institucionais, estando o Vitória Futebol Clube a fazer o seu aniversário no dia 20 de novembro, a Cruz Vermelha Portuguesa que completava mais de 100 anos no dia 21 de novembro e a Capricho Setubalense que no dia 22, data em que se realiza a reunião de câmara, comemorava o seu aniversário.

Disse que aquilo que valorizavam era efetivamente as instituições para além do que elas pudessem representar individualmente e das suas sensibilidades.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo sob o registo n.º 24, e propôs um minuto de silêncio.

“Voto de Pesar

Falecimento de Rogério Miguens Gonçalves

Rogério Miguens Gonçalves foi um dos fundadores da Escola de Condução Gonçalves & Delgado, Lda.

Faleceu no final do passado mês de outubro, aos 92 anos.

Era um filho da terra, um setubalense de gema e foi sempre uma figura presente na cidade de Setúbal.

Nasceu em 1931, na freguesia de Santa Maria da Graça, e foi o mais antigo instrutor de condução do País, tendo mantido a sua atividade profissional até 2020.

Homem inspirador, começou a ensinar muito cedo, na escola do seu pai.

Em 1960 abriu a sua própria escola, a mais antiga da cidade. Rogério Gonçalves terá formado milhares de condutores.

Participante da vida cívica da cidade, foi militante do PSD em Setúbal, com grande destaque para a sua faceta empreendedora, uma vez que foi detentor de muitos negócios na cidade.

Os vereadores do PSD não podem deixar de endereçar as mais sentidas condolências a toda a sua família e aos seus amigos, num momento tão particularmente difícil.”

Sr. Vereador Joel Marques – Leu o seguinte voto de pesar, conforme documento anexo sob o registo n.º 25.

“Voto de Pesar

Falecimento de Rogério Miguens Gonçalves

Rogério Miguens Gonçalves, um dos fundadores da Escola de Condução Gonçalves & Delgado, Lda., faleceu no final do passado mês de outubro, aos 92 anos.

Filho de José Gonçalves Júnior, figura da cidade que ficou conhecida como ‘Zé Soldado’ por mistura da condição de militar com a função de motorista de táxi, Rogério Gonçalves nasceu em Setúbal, na freguesia de Santa Maria da Graça, em 1931 e foi o mais antigo instrutor de condução do País, estando em atividade até novembro de 2020.

Começou a ensinar em escolas de condução aos 15 anos, nomeadamente na escola do seu pai, onde deu formação em código e mecânica. Em 1949 tirou a carta de condução e em 1960 abriu a sua própria escola, a mais antiga da cidade de Setúbal.

Numa entrevista ao ‘O Setubalense’, em 2017, Rogério Gonçalves partilhava já ter formado milhares de condutores e relembrava a cidade de antigamente, que viveu da perspetiva única de quem passava os dias a circular por ruas e avenidas.

Os vereadores eleitos pelo Partido Socialista endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a sua ausência, as mais sentidas condolências.”

Sr. Presidente – Disse que se associavam ao voto de pesar pelo falecimento do senhor Rogério Gonçalves, que se tinha sempre distinguido na sua atividade por todos aqueles que o conheceram. Endereçou os sentimentos à família e aos amigos, de imediato propôs um minuto de silêncio.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 16/2023 - Reunião ordinária de 05 de julho de 2023

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 17/2023 - Reunião ordinária de 19 de julho de 2023

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Solicitou uma retificação à sua intervenção na página 23. Onde se lê “tinha um mapa onde qualquer município podia sinalizar”, deveria ler-se “tinha uma app onde qualquer município podia sinalizar”.

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Projeto da Ata n.º 18/2023 - Reunião extraordinária de 19 de julho de 2023

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

4. Deliberação n.º 1020/2023 – Proposta n.º 58/2023 – GAP – Celebração de protocolo de receção de efluentes entre a Câmara Municipal de Setúbal, os Serviços Municipalizados de Setúbal e a Câmara Municipal de Palmela

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 1021/2023 – Proposta n.º 59/2023 – GAP – Projeto de Regulamento de Descarga de Águas Residuais Industriais

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 28 a 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 1022/2023 – Proposta n.º 60/2023 – GAP – Atribuição de subsídio aos Serviços Sociais do Pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, destinado à aquisição de prendas de Natal para os filhos dos trabalhadores da Autarquia – 2023

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 1023/2023 – Proposta n.º 439/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 17/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em edifícios municipais, pelo período de 36 meses – Adjudicação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 32 a 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 1024/2023 – Proposta n.º 441/2023 – DAF/DICONT/SERGEPE – Contrato de comodato, a celebrar entre o Município de Setúbal e a GATEM – Cooperativa Cultural, CRL

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 38 a 41.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Disse que queria, de facto, reforçar o empenho, porque também tinha sido algo de que tinham falado várias vezes, nas reuniões da Câmara, a necessidade de o GATEM - Espelho Mágico poder ter umas instalações, para que pudesse desenvolver aquilo que era a sua atividade.

Naquele dia, tinha-se vindo a concretizar-se. Por isso, de facto, era importante. O Sr. Presidente tinha assumido esse compromisso, tinha demorado tempo, mas estava a cumprir e isso era o mais importante, pois iria permitir que essas pessoas pudessem desenvolver aquilo que era a sua atividade.

Sr. Presidente – Agradeceu à senhora Vereadora e disse que queria dizer, apenas, que encontrar instalações, nos tempos que corriam, não era fácil, sobretudo aquelas, que tinham tido que ser requalificadas para poderem ser qualificadas para que essa organização pudesse desenvolver a sua atividade. Outros processos estavam em curso e esperavam que, o mais rapidamente possível, houvesse condições para desenvolverem os mesmos procedimentos.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 1025/2023 – Proposta n.º 15/2023 – DRH/DIDEC – Alteração da composição do Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente, ciclo avaliativo 2023/2024 e seguintes

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 42 e 43, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 1026/2023 – Proposta n.º 16/2023 – DRH/DIDEC – Alteração da Composição do Conselho Coordenador da Avaliação da Câmara Municipal de Setúbal – Secção Autónoma para avaliação do pessoal não docente, ciclo avaliativo 2021/2022

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 1027/2023 – Proposta n.º 39/2023 – DEB/DIGEPE – Protocolo tripartido de colaboração no âmbito da componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico – Escola Básica de Vila Fresca de Azeitão

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 46 e 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 1028/2023 – Proposta n.º 433/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 15/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de limpeza em estabelecimentos de ensino do Município de Setúbal, pelo período de 36 meses – Adjudicação

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 48 a 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 1029/2023 – Proposta n.º 136/2023 – DCDJ/DIDES – Associação T10 Sports Culture - Apoio financeiro para a organização do 1.º Torneio Arrábida Beach T10 Futevolei

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 53 e 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 1030/2023 – Proposta n.º 137/2023 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao União Cultural, Recreativa e Desportiva Praiense, para a realização da 25.ª edição da "Corrida de São Silvestre do Sado"

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 55 e 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 1031/2023 – Proposta n.º 138/2023 – DCDJ/DIDES – Scalibasket Club Associação - Apoio financeiro para aquisição de material

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 57 e 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 1032/2023 – Proposta n.º 139/2023 – DCDJ/DIDES – Clube de Canoagem de Setúbal - Apoio financeiro para aquisição de duas embarcações NELO k2 de Competição

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 59 e 60, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 1033/2023 – Proposta n.º 140/20223 – DCDJ/DIDES – Pedido de apoio financeiro para a participação de uma prova de dança desportiva no dia 17 de dezembro de 2023

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 61 e 62, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 1034/2023 – Proposta n.º 427/2023 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 30/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para concessão de exploração de um terreno municipal para a remodelação, modernização e exploração dos campos desportivos do Choilo, em Azeitão – Abertura

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 63 a 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 1035/2023 – Proposta n.º 432/2023 – DCDJ/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 23/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o aluguer de autocarro para transporte de crianças e jovens para atividades do desporto escolar, pelo período de 24 meses – Adjudicação

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 69 a 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 1036/2023 – Proposta n.º 276/2023 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por “pedido de emissão de parecer”, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 7.º do RJUE - Processo n.º 76/23

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 1037/2023 – Proposta n.º 277/2023 – DURB/DIGU –
Aprovação de loteamento urbano - Processo n.º 1117/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 74 e 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 1038/2023 – Proposta n.º 278/2023 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de alterações introduzidas no decorrer de obra -
Processo n.º 239/19**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 76.

Sr. Vereador José Manuel Pereira – Disse que era só para propor que fosse votado em bloco o conjunto das propostas dos pontos 22 a 47, ou seja, da deliberação 1038/2023 à deliberação 1063/2023.

Sr. Presidente – Perguntou aos senhores Vereadores se havia alguma questão e, não havendo, disse que iria apresentar à votação as propostas de deliberação 1038/2023 a 1063/2023.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 1038/2023 a 1063/2023 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 1039/2023 – Proposta n.º 279/2023 – DURB/GAPRU –
Aprovação de projeto de arquitetura, de legalização de alterações
efetuadas ao edifício de habitação e concessão da licença - Processo n.º
39/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 77 (ver ponto 22).

**24. Deliberação n.º 1040/2023 – Proposta n.º 280/2023 – DURB/GARIU – Painel
publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 76/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 78 a 80 (ver ponto 22).

25. Deliberação n.º 1041/2023 – Proposta n.º 281/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 155/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 81 a 83 (ver ponto 22).

26. Deliberação n.º 1042/2023 – Proposta n.º 282/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 156/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 84 a 86 (ver ponto 22).

27. Deliberação n.º 1043/2023 – Proposta n.º 283/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 157/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 87 a 89 (ver ponto 22).

28. Deliberação n.º 1044/2023 – Proposta n.º 284/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 158/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 90 a 92 (ver ponto 22).

29. Deliberação n.º 1045/2023 – Proposta n.º 285/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 199/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 93 a 95 (ver ponto 22).

30. Deliberação n.º 1046/2023 – Proposta n.º 286/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 200/16 – Requerimento n.º 352/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 96 a 98 (ver ponto 22).

31. Deliberação n.º 1047/2023 – Proposta n.º 287/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 24m2 - Processo n.º 200/16 – Requerimento n.º 353/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 99 a 101 (ver ponto 22).

32. Deliberação n.º 1048/2023 – Proposta n.º 288/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 374/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 102 a 104 (ver ponto 22).

33. Deliberação n.º 1049/2023 – Proposta n.º 289/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 375/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 105 a 107 (ver ponto 22).

34. Deliberação n.º 1050/2023 – Proposta n.º 290/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 376/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 108 a 110 (ver ponto 22).

35. Deliberação n.º 1051/2023 – Proposta n.º 291/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 377/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 111 a 113 (ver ponto 22).

36. Deliberação n.º 1052/2023 – Proposta n.º 292/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 378/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 114 a 116 (ver ponto 22).

37. Deliberação n.º 1053/2023 – Proposta n.º 293/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 379/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 117 a 119 (ver ponto 22).

38. Deliberação n.º 1054/2023 – Proposta n.º 294/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 380/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 120 a 122 (ver ponto 22).

39. Deliberação n.º 1055/2023 – Proposta n.º 295/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 381/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 123 a 125 (ver ponto 22).

40. Deliberação n.º 1056/2023 – Proposta n.º 296/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 382/16

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 126 a 128 (ver ponto 22).

41. Deliberação n.º 1057/2023 – Proposta n.º 297/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário c/ 12m2 - Processo n.º 256/17

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 129 a 131 (ver ponto 22).

42. Deliberação n.º 1058/2023 – Proposta n.º 298/2023 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 30m2 em empena - Processo n.º 160/15

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 132 a 134 (ver ponto 22).

43. Deliberação n.º 1059/2023 – Proposta n.º 299/2023 – DURB/GARIU – 2 lonas publicitárias c/ 24m2 cada - Processo n.º 94/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 135 a 137 (ver ponto 22).

44. Deliberação n.º 1060/2023 – Proposta n.º 300/2023 – DURB/GARIU – Lona publicitária c/ 60m2 - Processo n.º 95/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 138 a 140 (ver ponto 22).

45. Deliberação n.º 1061/2023 – Proposta n.º 301/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 14/23 – Requerimento n.º 423/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 141 a 143 (ver ponto 22).

46. Deliberação n.º 1062/2023 – Proposta n.º 302/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 14/23 – Requerimento n.º 424/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 144 a 146 (ver ponto 22).

47. Deliberação n.º 1063/2023 – Proposta n.º 303/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 108/23

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 147 a 149 (ver ponto 22).

48. Deliberação n.º 1064/2023 – Proposta n.º 304/2023 – DURB/GAPGPA – Proposta de fixação do período de época balnear 2024

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 150, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

49. Deliberação n.º 1065/2023 – Proposta n.º 305/2023 – DURB/GAPGPA – Projeto de regulamento de utilização da Ponte Cais do Portinho da Arrábida e dos espaços de amarração do Portinho da Arrábida, Galapos e do Parque Marinho Luiz Saldanha

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 151 e 152, não tendo havido discussão sobre a mesma.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Manico – Fez a seguinte intervenção: *“Chamo-me Manico, sou residente em Setúbal, já há 2 anos. O que me traz aqui é uma questão de empregabilidade. Vou fazer uma pequena introdução de quem eu sou. Eu tenho Licenciatura em Administração, tenho o Mestrado em Administração feito no Brasil, tenho um Mestrado em Planeamento Rural e Urbano na China, estou a terminar, agora, a minha tese, também na área do Planeamento Urbano. Falo 7 línguas, nomeadamente, obviamente, o português, o inglês, francês, mandarim, espanhol, italiano, russo. Sou especialista em programação. Obviamente que não vou espalhar todo o currículo aqui, no momento, mas tenho aqui o físico.*

O que me traz aqui é que, sensivelmente, há um ano fui convidado por Sua Excelência o Presidente, depois de ter ouvido o... Tivemos uma breve conversa. Acredito que gostou bastante daquilo que eu falei, daquilo que apresentei, mas, desde

então, que a Câmara não me faz o enquadramento e sabemos que estar desempregado é uma situação meio complexa, sobretudo quando sabemos que temos capacidades, temos competências para tal. Então, é neste intuito, de forma, aproveitando a oportunidade, mais uma vez, de pedir a Vossa Excelência que possam, pelo menos, ouvir o pedido do Presidente, porque foi uma espécie de um convite, depois de analisar, e que me seja dada esta oportunidade. É, basicamente, isso que me traz aqui a este encontro. Obrigado.”

Sr. Presidente – *“Sr. Manico, mas... O senhor falou com os serviços lá do Urbanismo, como eu lhe solicitei? Foi lá, a um atendimento?”*

Sr. Manico – *“Na altura, o Sr. Presidente falou com o Dr. Saraiva, que é o assistente, que era para dar seguimento ao processo e entreguei a documentação. A resposta foi que, na altura, não havia enquadramento, para aguardar, e já estamos há, sensivelmente, um ano. É triste, porque eu acredito nas minhas competências, então é uma questão, também, de me darem oportunidade, para eu poder contribuir. É, basicamente, isso.”*

Sr. Presidente – *“Vamos ver uma coisa, às vezes, sabe que, se o senhor viesse aqui dizer que o senhor era carpinteiro, que era mecânico, nós, de certeza absoluta, que já tínhamos resolvido o assunto. Está a ver? Às vezes, isto é assim, as dificuldades. Nós temos muita falta de pessoas, profissionais. Quando as pessoas têm determinadas formações, naturalmente que também nós, nas autarquias, e de acordo com o quadro legal, nós, também...”*

Isto tem de ser feito de acordo com a disponibilidade dos nossos serviços para as competências que as pessoas têm e, se calhar, é essa a dificuldade maior, não é uma questão de boa vontade ou de má, é uma questão do enquadramento das necessidades que os nossos serviços têm, tendo em conta as competências que aqui referiu. Mas eu pedia à Sra. Vereadora Rita Carvalho, que ela pediu a palavra.”

Sra. Vereadora Rita Carvalho – *Fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente, era só para esclarecer. De facto, nós recebemos o currículo e foi avaliado e foi, efetivamente, respondido que não há enquadramento, porque, se estão procedimentos concursais em curso para o preenchimento de lugares com esta categoria, portanto, com esta formação específica, e é por via desse enquadramento e em resultado do concurso que nós podemos integrar, como funcionários da Câmara, mais recursos humanos. Portanto, na altura, isso foi clarificado e foi respondido.”*

Sr. Presidente – *“Resumindo a questão, há um procedimento que está a decorrer, de um concurso, onde o seu currículo se pode integrar. Tem de participar...”*

Sra. Vereadora Rita Carvalho – *“Mas, já não pode, porque o procedimento, entretanto, está em curso. Não terá concorrido no momento, pronto, eventualmente por desconhecimento, mas não terá concorrido, e, portanto, não pode ser considerado.”*

Sr. Presidente – *“Temos de aguardar que haja outro procedimento, para... Tem de ser aberto um concurso para poder concorrer e, portanto, depois, ser avaliado o*

currículo, etc. Pronto, o que a senhora vereadora está a dizer é que já decorreu um concurso em que, eventualmente, se podia integrar a sua qualificação. Agora, já terminou. Portanto, aguardemos agora que haja outro procedimento e que... O senhor tem aqui o seu número do telemóvel, e, portanto, isso fica... Eu vou enviar isto para a senhora vereadora, para, quando houver a abertura de um procedimento concursal, o senhor poder ser contactado, para poder concorrer. Está bem?"

Sra. Vice-Presidente - *"Sr. Presidente, peço desculpa. Posso ajudar aqui só, se me for permitido? Eu acho que há... Eu acho que..."*

(Voz, em fundo)

Se eu pudesse falar, para esclarecer o munícipe e, também para esclarecer, se calhar, o Sr. Vereador Fernando José, relativamente aos procedimentos...

Cada vez que esta Câmara Municipal abre um procedimento público de recrutamento ele é aprovado aqui, neste órgão. Depois, é feito um aviso que sai no Diário da República, mas existe uma outra forma de, mais facilmente, as pessoas saberem que foi aberto, ou não, concurso. Há um local na Net, um sítio que se chama BEP. É muito simples, é só www.bep (BEP significa Bolsa de Emprego Público) e, nessa Bolsa de Emprego Público, todas as entidades públicas são obrigadas a publicitar os seus concursos públicos.

Portanto, eu acho que o senhor, fazendo uma consulta semanal, por exemplo, na BEP, porque, depois de ser anunciado na BEP, as pessoas têm 10 dias úteis para apresentar as suas candidaturas, fica com um retrato daquilo que são as ofertas de trabalho, neste caso, na Administração Pública, de toda a Administração Pública, e, assim, mais facilmente consegue perceber se vai abrir algum procedimento, se abriu o procedimento, quantos dias é que tem para submeter a candidatura, quais são os requisitos que tem que ter para se poder candidatar.

Portanto, se calhar, nesse sentido, a consulta deste site seria para si e para todos os munícipes, como é óbvio, de considerar, num recrutamento que venha ou numa oportunidade que venha a surgir. É mais fácil assim, porque nós não temos capacidade de contactar todos os munícipes. Por isso é que isto é feito através de anúncio no Diário da República ou através da Bolsa de Emprego Público. Espero ter esclarecido, Sr. Presidente."

Sr. Presidente - *"Obrigado, Sra. Vice-Presidente, de facto, é uma forma. Naturalmente que os concursos são públicos e são abertos a todos os interessados. Eu, o senhor abordou-me um dia e, portanto, colocou uma questão e eu pedi para ser atendido pelos serviços. E, de facto, tendo em conta aquilo que aqui apresentou no currículo, fica claro que uma das áreas onde poderá ter essa oportunidade é na área do Urbanismo. Portanto, foi nesse sentido que a senhora vereadora acabou por referir que havia um procedimento que estava a decorrer. De uma forma mais abrangente, portanto, há este site, que todos os cidadãos podem consultar e, portanto, está disponível para poderem consultar e poderem concorrer.*

Temos, agora, aqui, um segundo munícipe, a Sra. Ana, da Associação Direito ao Descanso em Setúbal."

Sra. Ana - *Fez a seguinte intervenção: "Somos a Associação Direito ao Descanso em Setúbal e queremos, antes de mais, agradecer a oportunidade de nos exprimir e de sermos ouvidos por esta assembleia. Vimos, aqui, dar a conhecer uma situação que a Câmara de Setúbal bem conhece mas que tem ignorado até agora. Com o aumento*

incontrolado de abertura de espaços noturnos nesta cidade, especialmente Avenida Luísa Todí, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Avenida José Mourinho, mas, também, na Rua de São Filipe, na zona da Rua de São Filipe, na Fonte Nova, na rua 5 de Outubro, no Largo da Ribeira e mais, tornou-se incomportável descansar nestas áreas da cidade ao fim de semana.

Para muitos de nós que lá junto vivem, são noites seguidas sem dormir, ao som de bares, discotecas e das multidões embriagadas, no meio da lixeira e da confusão altamente alcoolizada. A situação é totalmente surrealista. Fechamo-nos em casa, protegemo-nos, em vão, com proteções auriculares sistemáticas, com vidros duplos, com janelas cerradas em pleno verão, sem conseguir dormir, enquanto os bares e as discotecas ao nosso redor berram a noite toda, com portas e janelas abertas, transformando bairros inteiros numa gigantesca e aberrante discoteca a céu aberto.

Nos períodos mais críticos, temos conhecimento de famílias de moradores trabalhadores esgotadas que têm que ir buscar o descanso em hotéis ou alojamentos locais da cidade, longe do barulho, a preços elevados, porque estamos no verão, insuportáveis para os seus vencimentos.

Depois de anos a sofrer, criámos, no dia 26 de outubro deste ano, a Associação Direito ao Descanso Setúbal, que nasceu do desespero de um alargado grupo de cidadãos que veem a sua vida cada vez mais prejudicada pelo inaceitável excesso de ruído noturno, pelas cenas frequentes de violência, pela sujidade que esta atividade gera, pela impossibilidade de dormir em paz, dia após dia, e pela degradação e desvalorização dos seus bens imobiliários.

Esta associação também nasceu do desespero de quem já bateu a todas as portas, já procurou junto do poder autárquico e das forças vivas da cidade fazer cessar o barulho sem obter respostas e soluções. A lei existe, chama-se Lei do Ruído, que decreta que não pode haver ruído nos espaços públicos entre as 23 e as 7 da manhã, mas esta lei não é cumprida. As autoridades não controlam, não fiscalizam, não agem, os moradores sofrem, desistem, fogem destas zonas, prédios renovados que ficam sem ocupação por falta de condições para lá viver, zonas inteiras da cidade que caem em decadência e que se tomam focos de delinquência e nada acontece.

Será que toda esta gente desesperada não merece proteção? Porquê a maioria das inúmeras e repetidas queixas que foram feitas pelos moradores junto da Polícia de Setúbal e dos serviços competentes da Câmara? No que se refere aos associados da nossa associação - nós contámos 4 pessoas, somente, 4 pessoas, somos muito mais, somos 46, passados 15 dias de existência -, somente 4 pessoas fizeram 20 queixas. 4 pessoas, 20 queixas. Houve duas respostas, já lá vou.

Porquê a denúncia feita pessoalmente junto do Sr. Presidente da Câmara, de irregularidades sérias quanto a um processo da Câmara contra o ruído ficou sem resposta? Porquê pedidos de reunião com o Sr. Presidente sobre este assunto ficaram sem resposta? Pior, como é possível que, apesar de informada da situação, a Câmara persiste, ainda hoje, a dar autorizações de licenciamento a novos bares em zonas com já alta densidade de atividade noturna, onde famílias tentam descansar a alguns metros dali, onde a própria Câmara autorizou e encorajou novos condomínios e, também, a implantação de alojamentos turístico, que lá se instalaram, para participar à recuperação do património imobiliário da cidade, ao desenvolvimento e ao brilho da cidade que elegeram e que, porém, sofrem das reclamações repetidas dos seus clientes?

Que imagem quer a Câmara de Setúbal dar ao mundo que pretende atrair para a Mais Bela Baía do Mundo? É assim que Setúbal pretende desenvolver um turismo de

qualidade e sustentável? É com um património imobiliário em sofrimento e com delinquência sistemática – sistémica, desculpem -, nas zonas mais turísticas da cidade que Setúbal quer atrair novos investidores? Pior, ainda, com tanta facilidade oferecida pelas autoridades para abrir uma atividade de diversão noturna em espaços, muitas vezes, pouco adaptados ou, até, vetustos, será que os nossos jovens estão em segurança quando se querem divertir ou terá Setúbal que enfrentar uma tragédia como a que Espanha conheceu há pouco, para reagir e regulamentar?

É bem verdade que mencionei dois casos onde a Câmara de Setúbal efetuou medições de som após apoiadíssima insistência dos moradores, que demonstraram infração flagrante e sistemática dos estabelecimentos em causa, mas nada acontece. O que falta para cessar esse flagelo, quando a ciência já demonstrou que os decibéis excessivos provocam doenças e afetam a saúde pública? O que se esconde por detrás desta inércia? Quais são os interesses que fazem que nada mude, apesar do prejuízo para a saúde pública e do impacto negativo na atratividade e no desenvolvimento da cidade? O que falta, então, para agir, quando muitas outras cidades do país, confrontadas aos mesmos problemas de delegação de poderes, da mesma lei de Licenciamento Zero e da mesma falta de recursos, assumiram as suas responsabilidades - tal como está escrito na APA -, desenvolveram as competências necessárias e já conseguiram, em grande parte, resolver o problema das zonas de diversão noturna, graças a obrigatoriedade de limitadores de som, a obrigatoriedade de portas e janelas fechadas da parte dos estabelecimentos e de medidas de controlo eficazes.

Os argumentos – eu deveria dizer as desculpas, se fosse sincera - de sempre já não nos convencem e já não nos impressionam. Nascemos para tentar contribuir a melhorar a cidade de Setúbal e viemos para ficar e agir até que seja cumprido o que a lei portuguesa determina e que cesse esta falta de consideração pelos cidadãos e pelos pequenos investidores que somos. Hoje somos muitos, amanhã seremos ainda mais. Temos confiança e energia para lutar, porque sabemos que a lei está do nosso lado, que os recursos existem, tanto junto da população que já não aguenta, juntos dos média, até junto da própria justiça da República.

Sabemos que existem soluções, agora, é necessário haver uma vontade política da parte da Câmara de Setúbal. Por isso, Sr. Presidente, vimos pedir que seja o mais rapidamente possível aberta - e em transparência com a nossa associação - uma comissão de estudo, incluindo os Departamentos de Urbanismo e do Ambiente e outros departamentos que poderiam ter as competências necessárias sobre as soluções a adotar para que Setúbal volte dentro da lei e que as suas conclusões sejam, rapidamente, discutidas na Assembleia Municipal e postas a voto. Muito obrigada pela atenção.”

Sr. Presidente – *“Obrigado, Sra. Ana. Eu, em primeiro lugar, quero agradecer a sua iniciativa de vir aqui, à Câmara Municipal, apresentar uma questão que não é nova e eu estou convencido que muitas cidades, neste país, pelo menos, se confrontam com problemas idênticos àquele que aqui traz, mas queria, agradecendo a sua vinda aqui, e colocando aqui as questões. Naturalmente que não estou de acordo com a forma como coloca aqui as questões e eu explico porquê. É que a Câmara Municipal cumpre aquilo que são as suas responsabilidades e, designadamente, aquilo que é a Lei do Ruído.*

Só que uma coisa é a Lei do Ruído e outra coisa são condições para cumprir, para fazer cumprir a Lei do Ruído. São coisas algo... A distância entre a realidade e o

documento escrito, há uma distância muito grande. Depois, outra coisa que disse e com a qual eu não posso estar de acordo, é que a Câmara Municipal continua a licenciar estabelecimentos.

A Câmara Municipal, como sabe, num quadro da lei que existe, atualmente, as pessoas abrem os estabelecimentos e, depois, desenvolvem os procedimentos para regularizar esses estabelecimentos. Era o quadro da lei que existe e, portanto, a Câmara Municipal, depois vai atuar, vai dizer que aquilo não tem condições, etc, mas, entretanto, as pessoas já fizeram o seu investimento, etc.

Isto é assim, como as leis são gerais, estas leis são muito boas para ultrapassar determinadas situações, que, às vezes, são questões de burocracia, que os próprios serviços da administração não têm condições para dar a resposta imediata àquilo que são as necessidades das pessoas, mas, depois, tem outros problemas. É que, por exemplo, este caso, é que as pessoas fazem os investimentos e depois é que submetem à apreciação à Câmara Municipal, que, entretanto, vai desenvolver os procedimentos, no sentido de avaliar as condições em que é possível, ou não, passar uma licença ou fazer autorização. Temos vários casos aí e alguns bastante graves. Portanto, é nesse quadro...

Eu não estou a dizer que aquilo que a senhora vem aqui colocar não existe, não é isso que eu estou a dizer. O que eu estou a procurar dizer, muito rapidamente - são processos complexos - é que isto não é assim tão linear como, à partida, pode parecer e, naturalmente, que o cidadão defende e procura que os seus direitos sejam salvaguardados. Os direitos estão salvaguardados na lei, agora é preciso é ver como é que os serviços têm condições para cumprir a lei.

Eu creio que... Por acaso, que eu saiba, nunca foi pedida nenhuma reunião a mim - a mim, pessoalmente, quer dizer, como Presidente da Câmara -, mas sei que este assunto tem sido colocado aos serviços que têm a competência na Câmara Municipal e que os serviços estão a atuar. Aliás, a senhora fez referência, aí, a algumas situações. Estão a atuar.

Também, como bem disse, a situação, tal como ela existe, não depende, apenas, da intervenção da Câmara Municipal, depende de outros serviços, designadamente das forças de segurança, das forças policiais, e, por isso, são problemas que certamente muitas cidades do nosso país - noutras países, não sei, mas no nosso país - têm. São problemas que existem e que são problemas que afetam as pessoas e naturalmente que cabe à administração encontrar as formas de dar resposta a estes problemas e eu estou convencido que, na sequência desta reunião, que a senhora vereadora que tem a fiscalização e a Sra. Vice-Presidente, que tem a área da avaliação do ruído, os serviços de avaliação do ruído, que, no final da reunião, poderão encontrar uma forma de marcar uma reunião e, portanto, de avaliar e de melhor explicarem a complexidade destes problemas e daquilo que a Câmara Municipal se pode comprometer com a associação, a levar as suas competências, que devem ser desenvolvidas.

Portanto, é isto que eu proponho, é que, no final da reunião, combinem uma forma de se encontrar, de marcar uma reunião, e de ver o que é que a Câmara já fez, o que é que os serviços da Câmara já fizeram, o que é que estão a fazer e o que é que está previsto continuar a fazer. Tudo isto leva muito tempo, as avaliações, e, depois, os procedimentos, que são as notificações, até cumprindo a lei sempre e, portanto, com o tempo todo que isso leva para concluir determinados processos.

É óbvio que eu não posso estar mais de acordo com aqueles que, estando na sua residência, são afetados por situações que, portanto, perturbam o seu direito ao...

(Voz, em fundo)

Desculpe lá, mas agora eu estou a falar...

(Voz, em fundo)

Desculpe lá, mas agora estou a falar e estou a responder ali àquela senhora, está bem?

(Voz, em fundo)

Portanto, o que eu queria dizer era que a Câmara Municipal tem de desenvolver e creio que está a desenvolver procedimentos, no sentido de corresponder àquilo que são as expectativas que os moradores destas zonas têm e é isso a nossa responsabilidade e nós vamos assumir essa responsabilidade.

Aquilo que eu procurei aqui dizer foi das dificuldades para se atingir esse objetivo e do tempo que estas coisas levam, porque nós temos... Os procedimentos têm os seus tempos das notificações, são mais 30 dias para isto, mais 30 dias para aquilo, depois há os advogados que fazem os requerimentos e que têm mais umas respostas e mais tempo e estes processos arrastam-se. Só lhe estou a dar nota, de facto, da complexidade destes processos, mesmo depois de se fazer a avaliação dos níveis de ruído em causa há, depois, estes procedimentos todos e é verdade que são os moradores que são, muitas vezes, penalizados e, às vezes, arrastados por processos que se arrastam no tempo e que isso depende não só da Câmara Municipal, como já disse, mas de outras entidades.

Portanto, o que eu proponho é isso. Obrigado por ter vindo e o que eu proponho é que, no final da reunião, que está quase a terminar, com a Sra. Vereadora e com a Sra. Vice-Presidente, encontrem uma forma de poder fazer o caminho necessário para resolvermos esses problemas.”

Sra. Ana – *“Obrigado, Sr. Presidente. Se me permite, gostaria só de salientar, aqui, que, desde depois do COVID, a situação tem vindo a desmoronar. Temos sido todos testemunhas da degradação da situação e da falta de resposta. Não é uma coisa que se situa em meses, já se situa em anos. Não é uma situação que toca dois ou três cidadãos, toca a um número de cidadãos muito considerável. Também estamos conscientes que existe, efetivamente, portanto...*

Através deste tempo que decorreu, experimentámos todas as inércias e todas as lentidões dos processos que o Sr. Presidente descreveu. Porém, há cidades que estão confrontadas aos mesmos problemas e que já deram respostas mais céleres e mais eficientes. Em Setúbal, na pequena amostra que nós temos, de participações que foram feitas das pessoas que já vieram ter connosco, 20 participações, 2 respostas.

Gostaria de convidar o Sr. Presidente a imos passear uma noite de fim de semana nos bairros que eu mencionei. Não sei se alguns dos senhores Vereadores e o Sr. Presidente já tiveram oportunidade de assistirem e de viverem diretamente o que se está lá a passar. São cenas surrealistas, conforme eu disse. No Verão ainda mais, mas no inverno também temos algumas gravações vídeo que são perfeitamente exemplares da situação e do que se está a passar.

Acho que explicaria totalmente a nossa determinação e a nossa insistência em que a Câmara tome, realmente, conta deste assunto. Não é um processo nem dois processos, é uma questão sistémica de um regulamento que não existe na Câmara de Setúbal e que é necessário, para que as coisas cessem. Hoje é uma zona da cidade, amanhã será outra e, cada vez que há um bar a abrir, há sempre este risco

que a situação se descalabre totalmente, em redor daquele bar, porque não há nenhum regulamento que limite a ação dos bares.”

Sr. Presidente – *“Eu peço imensa desculpa, mas existe um regulamento, aprovado nesta Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, que é o regulamento que os nossos serviços aplicam e, portanto, é um regulamento que foi elaborado nos termos da lei. Portanto, esse regulamento existe, não pode dizer que não existe, esse regulamento existe. Está à sua disposição, basta vir à Câmara Municipal e ser-lhe-á disponibilizado. Aliás, poderá ser consultado, no “site” da Câmara também poderá ser consultado.*

Deixe-me só dizer-lhe isto: Quando eu vim aqui para a Câmara Municipal, tinha a área do Turismo, em 2002, 2003, 2004, 2005. Chegou uma altura em que, à segunda-feira de manhã, eu tinha 10, 15 pessoas para atender. Qual era o objetivo? Era ver se o Vereador conseguia resolver os problemas do ruído. Foram anos muito complicados. A situação foi-se regularizando, com a nossa intervenção, e o que eu verifico hoje é que, de facto, depois, como disse, depois dessa situação do COVID, e, pronto, com a procura, porque não é só os investimentos industriais que vêm para Setúbal, há outros investimentos, de outro tipo e que vêm para Setúbal, também neste domínio e que, naturalmente, depois, têm os seus impactos na cidade.

Como eu referi, estas pessoas, uma boa parte delas, porque conhecem, também, a legislação, primeiro fazem os seus investimentos e, depois, fazem o pedido para a legalização à Câmara Municipal. A lei permite fazer isso e, depois, é difícil, quando as pessoas, depois de fazerem os seus investimentos, é difícil a Câmara Municipal ir... Naturalmente que o tem de fazer, mas isto é uma situação complicada, neste domínio, como eu digo, porque esta lei geral foi criada para facilitar a vida das pessoas e a vida dos investidores, mas há determinadas áreas em que, depois, ela resulta nestes problemas.

Mas, pronto, o que eu lhe quero dizer é isto: Há essa disponibilidade, como não podia deixar de ser, da Câmara Municipal, e, portanto, as senhoras vereadoras, no final da reunião, falam convosco, marcam as reuniões e avaliam qual o ponto da situação e quais as iniciativas que irão continuar a ser tomadas. Está bem? Obrigado por ter vindo aqui, à nossa reunião.”

Sr. Sandro Filipe – *Fez a seguinte intervenção: “Vim cá fazer uma pergunta ao Sr. Vereador Carlos Rabaçal: Porque é que fez tantas promessas e, de um momento para o outro, deixou de seguir a gente, se ele sabe a nossa situação? A minha esposa veio cá expor a situação, fez uma promessa que me arranjava trabalho, fez-me uma promessa que ia ver umas casas que estavam fechadas. A vossa resposta é dizer que a Câmara não tem casas, mas - acho que é isso - tem casa a servir de pontes, tem casas fechadas a tijolo e muitas outras coisas. Eu faço-lhe uma pergunta: Os imigrantes, sem discriminação minha, têm mais direito que os setubalenses ou só temos direito a uma habitação quando entregamos um envelope branco?”*

Sr. Presidente – *“Ó Sr. Sandro, eu não sei o que é que quer dizer com isso, de um envelope branco, mas...”*

Sr. Sandro Filipe – *“Alguém há-de saber!”*

Sr. Presidente – “... Não, é assim, esse tipo de intervenções, naturalmente que sabe que pode ter consequências. Eu aconselhava-o não ir por aí. Eu não sei qual é o seu caso, não conheço, mas o Sr. Vereador Carlos Rabaçal certamente responderá, mas, ao dizer isso, perante as pessoas que aqui estão, perante a Câmara e as pessoas que aqui estão, naturalmente que isso, depois, pode ter consequências desagradáveis para si e eu não estou cá para prejudicar a vida de ninguém, antes pelo contrário. O que nós estamos aqui é para ajudar a resolver os problemas que as pessoas têm, está bem?”

Sr. Sandro Filipe – “Ou a fazerem promessas e não ajudarem.”

Sr. Presidente – “Obrigado pela sua vinda. O senhor Vereador vai já responder, está bem?”

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – “Nós recebemos aqui, nesta Câmara, esta família. A esposa do Sr. Sandro creio que já cá veio duas vezes, interveio sobre a sua necessidade de habitação. Estão numa situação de iminência de despejo, como estão muitas outras famílias em Setúbal, algumas bem pior, já estão despejadas. Nós sabemos que temos uma lista de 1400 pedidos de habitação, dos quais 700 precisariam de casa hoje, incluindo esta família.

Há um certo desespero de algumas famílias. É o caso desta família, que é expressa pelas formas como o Sr. Sandro fala e a sua esposa também. Nós, depois da reunião, recebemo-los uma vez, com a doutora Raquel Levi. Recebemo-los os dois e com um outro técnico da Câmara e estivemos a avaliar a situação e equacionámos as várias possibilidades.

Os senhores estão na lista para T3, creio eu, na posição 21, quer dizer que têm que aparecer 21 casas para os senhores terem acesso à habitação, de acordo com as regras da habitação em Setúbal, que cumprem a lei, e não há condição para tirar as pessoas que estão nas casas para pôr a família do Sr. Sandro, nem há condições para colocar o Sr. Sandro à frente de outros, coisa que ele próprio sugeriu e isso não é condição que se possa aceitar.

Portanto, o que é que nós falámos com o Sr. Sandro e com a sua esposa? Colocou-se a possibilidade de avaliar sugestões que ele próprio fez, de casas da Câmara que estariam vazias ou que estariam com problemas. Nós identificámos casas da Câmara que não estão vazias, são casas que estão impossibilitadas de ser usadas, são coisas diferentes, que as casas da Câmara, logo que estejam disponíveis, são entregues a alguém. E o que nós temos, neste momento - foi falado com o Sr. Sandro e com a esposa -, foi a possibilidade de irmos ver uma casa que ele insistiu muito que fôssemos ver, no Forte da Bela Vista e, também, outras duas na Bela Vista, que estão encerradas por razões de insalubridade. No caso concreto da Bela Vista, temos duas casas encerradas porque, sempre que chove, o esgoto sob a um metro dentro da casa. Portanto, não são casas utilizáveis, que implicam uma obra exterior relevante e essa obra vai ser feita agora, no quadro da reabilitação dos prédios, e há uma casa no Forte da Bela Vista que temos recomendação médica e uma carta médica para não ser utilizada por ninguém e a pessoa que lá estava saiu, e que tem um problema de humidade que tem que ver com a impermeabilização da parede que está enterrada e que implica uma intervenção exterior estrutural e todas as intervenções que fizemos pelo interior acabaram por não ter qualquer eficácia e temos que encerrar aquela casa.

O Sr. Sandro insistiu, diria eu (“Eu impermeabilizo, eu trato, não sei quê”), mas, aquela casa, para ficar em condições, é um investimento de 15 mil a 20 mil euros, e em condições durante uns dias ou um mês, depois volta ao princípio, e nós estamos numa fase em que estamos numa linha de fazer reabilitação do bairro Forte da Bela Vista, que já foi aqui decidido em reunião de Câmara, e não faz nenhum sentido nós fazermos qualquer coisa naquela casa que não seja decorrente da intervenção estrutural.

Portanto, na altura, eu tinha dito uma questão que era evidente: Se aquela casa fosse utilizável tinha sido utilizada pelo primeiro da lista para aquele tipo de habitação e não para o 21.º, e tinha dito, mesmo, que iria - se aquela casa tivesse condições de habitabilidade -, por resposta dos nossos técnicos, falar primeiro com todos os que estão na lista, o 1.º, o 2.º, o 3.º, até ao 21.º, a ver se algum deles estaria em condições de utilizar a casa. Os nossos serviços técnicos dizem que aquilo não tem condições de obras realizáveis, não tem hipótese nenhuma, e temos uma resposta médica no sentido de não ser utilizada aquela habitação. Então, decidimos nem sequer ir perguntar a mais ninguém e decidimos que essa casa não tem hipótese, mas, insisto que, se fosse viável, seria sempre para o 1.º da lista e não para o 21.º. Foi uma questão que foi colocada e, enfim, eu estive a ver, levei algum tempo a ver isso, e, depois, concluímos que essa hipótese não era viável.

Também nessa reunião, nessa primeira reunião, perguntei ao Sr. Sandro o que é que ele fazia e que tipo de atividade profissional é que ele fazia. Ele disse-me o que é que fazia, habitualmente, e eu disse: “OK. Então, eu, talvez... Nós temos necessidade de pessoas da sua área, talvez pudéssemos arranjar-lhe um emprego” e disse-me, taxativamente, assim: “Eu não quero um emprego, eu quero é uma casa, porque eu, com o dinheiro do emprego, não arranjo uma casa”...

(Voz, em fundo)

Faz favor. OK, espere lá...

(Voz, em fundo)

Está bem, OK. Então, é nos termos que ele acabou de dizer. Nós estamos a ver essa... Não disse que lhe arranjava um emprego, disse que ia ver se tínhamos possibilidade de o fazer e ainda estamos a ver essa possibilidade, porque não é... Não se arranja emprego só porque se quer. Portanto, estivemos a avaliar isso, não houve grande vontade, mas, pronto. Mas isso, para mim, é significativo. Mas, de qualquer maneira, o que ficou em cima da mesa foram essas hipóteses.

Posto isto, passados 15 dias ou 10 dias voltámos a fazer outra reunião. Foi uma reunião bastante degradável, bastante agressiva, aliás, como já tinha sido uma reunião com a Dra. Raquel antes daquela que eu fiz com ela, uma reunião anterior, por isso ela me pediu para reunir com este casal. Uma reunião muito agressiva, insultuosa, com ameaças, até, etc. Aliás, a razão por que a Dra. Raquel solicitou que eu reunisse com este casal foi porque me ameaçaram junto dela, dizendo que iam ver o que é que me acontecia se eu não arranjassem uma casa.

Portanto, isto é uma linha de personalização, de perseguição dos serviços, depois com problemas sistemáticos para o serviço a toda a hora, etc. Se nós tivéssemos todas as pessoas que têm situações desesperadas - e é o caso -, que têm necessidade de habitação - e é o caso - e nós temos muitos casos desses, se todos fizessem o mesmo era impraticável, sequer, trabalhar aqui.

Portanto, eu acho que, nessa última reunião - acabou muito abruptamente, foram-se embora, etc.: “Já sei o que é que e tal” e o senhor disse: “Tá bem, já sabia que ia acontecer isto, já sabia que não iam arranjar coisa nenhuma, não sei quê, tal” e lá lhe

expliquei, calmamente, que estava na posição 21 e que tinha que aguardar e que nós tínhamos muita gente e que a situação estava difícil, etc. Inclusive, na primeira reunião o Sr. Sandro também referenciou a possibilidade de nós vermos com outro concelho, se haveria casas noutra concelho para eles irem e o que eu disse foi que “nós não fazemos isso, mas que o Sr. Sandro podia procurar casas noutra concelho, visto que hoje, de acordo com o parecer do Tribunal Constitucional, qualquer cidadão português pode procurar casa em qualquer concelho do país, portanto, e não há restrições a essa mobilidade”. Portanto, foi uma conversa assim, tentando explorar as hipóteses, explorar os caminhos, etc.

Depois, temos uma dificuldade com este casal, com esta família. Quando nós abrimos uma possibilidade ou estamos a pensar uma possibilidade e a pôr hipóteses de trabalho ficamos comprometidos com isso, ponto final, e, se não fazemos, estamos tramados. É um bocado assim o discurso. Portanto, eu creio que é bom que o Sr. Sandro tenha vindo aqui, à reunião de Câmara, é bom que eu tenha exposto a questão.

Agora, em termos reais, a situação que temos é que temos uma família que precisa de casa, juntamente com muitas outras famílias, que está a ter um comportamento que não é o mais adequado - percebendo-se o desespero, não justifica o comportamento - e nessa reunião, no final da reunião, o Sr. Sandro também falou numa coisa, um envelope branco, que haveria aí um boato, que “haveriam casas atribuídas na base de um envelope branco”, uma conversa assim. Disse-lhe: “Bem, explique lá, fundamente lá isso, para a gente perceber o que isso, porque...” Aliás, disse o que disse o Presidente agora, porque uma afirmação dessas é uma afirmação que tem responsabilidade criminal, até, portanto é preciso ter calma que o que se diz e o desespero não justifica tudo.

Portanto, neste sentido, eu creio que foi muito bom o senhor vir aqui explicar isto tudo assim direitinho, para eu também poder explicar isto assim direitinho num órgão amplo, em que as coisas têm que ser claras e estão gravadas. Estão gravadas em vídeo e estão gravadas em voz, para que seja claro o que é que está em cima da mesa.

Em síntese, temos uma família, das 1400 famílias, que precisa, de facto, de habitação. Isso é inegável, precisa mesmo de uma habitação. É uma família que está, conjuntamente com outras famílias, numa posição, na hierarquia da sua tipologia de habitação, na posição 21, e tem que aguardar até que chegue o seu momento. Até lá, tem que encontrar outras alternativas, visto que a Câmara, a resposta que tem que dar, a que é obrigada a dar, não é entregar uma casa a cada pessoa que perde casa, é gerir bem o seu parque habitacional e procurar, na medida do possível, rentabilizar todos os meios e recursos, para garantir que o parque habitacional é bem utilizado. Isto é que é a função do Município.

Estava-me a esquecer de um pequeno pormenor, é que o Sr. Sandro também referenciou um outro aspeto, é que nós, neste momento, para fazer a reabilitação dos nossos bairros, temos que retirar os nossos moradores dentro de cada prédio - já expliquei isto aqui, numa reunião da Câmara -, para fazer isso nós temos, como retaguarda, temos a Residencial Setubalense, onde podemos encaixar cerca de 8 a 10 famílias, depende da dimensão da família, para juntar aos que lá estão já, da Quinta da Parvoíce, também decidimos alugar monoblocos que servem, também, de habitação transitória e temos 7 ou 8 casas da Câmara que estão alocadas a essa função de retaguarda. Porquê? Porque há pessoas que têm que sair das suas casas e que não podem ficar nem num monobloco nem na Residencial Setubalense, têm

que ficar uma casa clássica, pessoas acamadas, pessoas problemas graves, etc., não podem ficar. E, então, para fazer todo o processo de reabilitação de todos os nossos bairros, precisamos de ter essa retaguarda.

Portanto, também o Sr. Sandro e a sua esposa referenciaram que: “Então, se têm casas dessas, porque é que não me dão a mim? Não me querem é dar” e, depois, personaliza, diz: “O vereador é que não quer, a Dr. Raquel é que não quer”, como se as casas fossem do vereador ou da Dra. Raquel e não fossem da Câmara e não tivessem regras de atribuição.

Portanto, eu creio que eu vou repetir, eu vou concluir nos seguintes: Esta família, do Sr. Sandro é uma família que precisa de uma casa urgentemente, porque tem uma ordem de despejo. Com pessoas despejadas, recebeu a Dra. Raquel. só num dia, 15. Portanto, a situação não é única. Infelizmente, não é única, é uma situação comum. Mais, nós temos informação que há uma entidade bancária proprietária de habitações que pode despejar 100 e tal ou 200 pessoas num prazo não muito longo. Portanto, a situação é mesmo muito grave e não está a haver respostas adequadas para essa situação.

Portanto, queria só concluir, dizendo que: Entendo a situação, entendo a dificuldade, entendo, até, o desespero, acho que isso não justifica tudo. Portanto, é este o quadro, Sr. Presidente, que eu tinha para dar, o esclarecimento sobre esta situação.”

Voz, em fundo.

Sr. Presidente – *“Olhe lá uma coisa, o que é que é fundamental é que o senhor e a sua família precisa de uma casa e a Câmara Municipal não tem uma casa para lhe dar.*

(Voz, em fundo)

Está bem, mas isso, agora, não vale a pena. Desculpe lá, mas é assim, nós temos de nos centrar nas coisas que são fundamentais e, portanto, o que o senhor vereador diz é que está na posição 21, está a ver? Em quase 3 mil pessoas inscritas para habitação, está numa posição em que, se nós tivéssemos a casa, naturalmente que a casa estaria disponível, como tantos outros têm tido essa oportunidade. O senhor não vem aqui sempre, mas há muita gente que vem aqui e aparecem situações aqui que nós ficamos, naturalmente, como não pode deixar de ser, uma pessoa precisa de uma casa, que tem crianças ou que a saúde não é a melhor. Naturalmente que nós ficamos muito sensibilizados, mas uma coisa é nós termos condições para resolver o problema das pessoas.

Nós estamos cá é para resolver o problema das pessoas. Agora, não podemos fazer, como se costuma dizer, fazer milagres, não é? E, portanto, a sua posição... E logo, por aí, se diz que é uma situação, de facto, muito urgente de resolver, não é? E, portanto, o que nós podemos aqui, da nossa parte, é preciso, também, saber que há outras entidades que têm responsabilidades em resolver estes problemas, não é só a Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem um património municipal que gere e procura gerir da melhor forma e, naturalmente, ir de encontro a satisfazer as necessidades das pessoas que aqui vivem. Agora, mais do que isso nós não podemos fazer, o senhor vereador explicou.

É isso que eu peço, é que procure perceber qual é a nossa situação e, volto a dizer, há outras entidades que têm essa responsabilidade, por lei.

(Voz, em fundo)

Sim, mas... Está bem, mas deixamos isso agora, está bem? Obrigado por ter vindo cá."

Sra. Maria Amália – *"Sr. Presidente, continuo à espera de uma casa. Continuo a viver naquela barraca sem condições, com trânsito sempre ali a passar. Bebedeiras, então, é até dizer chega. Todas as tardes há ali touradas no largo - a partir das 5 e tal, não se pode estar ali e carros estacionados em frente à porta. Até quando me arranjam uma casa, que eu não posso continuar?"*

Sr. Presidente – *"Eu agradeço..."*

(Voz, em fundo)

Agradeço, mais uma vez, ter vindo aqui. Posso-lhe garantir, nós não nos esquecemos da sua situação, mas, a senhora vem cá...

(Voz, em fundo)

Mas isso já não é connosco. Essa parte, não é connosco. E por isso que há outras entidades que têm responsabilidades. O que nós fazemos é gerir, o melhor possível, o nosso património municipal. Nós não temos obrigação de dar casa a ninguém, mas nós, quando temos casas livres, elas são para as populações que aqui vivem.

(Voz, em fundo)

Pois, há essas...

(Voz, em fundo)

Não, nós trabalhamos para a frente e, aliás, como certamente sabe, nós estamos a fazer...

(Voz, em fundo)

Estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para requalificar.

(Voz, em fundo)

A senhora tem esse bom humor e eu acho que é preciso, quando se vive nestas... Quando se vive nestas situações, eu percebo que... Como a senhora vem aqui e tem sempre essa boa disposição, eu percebo. Eu percebo, mas é preciso, também, que se compreenda. Nós estamos a fazer todos os esforços.

(Voz, em fundo)

Estamos a fazer todos os esforços para requalificar todo o nosso património municipal, que está muito degradado e, portanto, o que nós queremos é que as pessoas que vivem no nosso património vivam em condições de dignidade humana e, infelizmente, nem todos estão ainda.

(Voz, em fundo)

Certo. Estamos...

(Voz, em fundo)

Estamos a aproveitar todos os fundos comunitários para fazer esses investimentos e também temos um compromisso de construir 500 e poucas casas novas."

Sra. Maria Amália – *"Ó Elvas, ó Elvas, Badajoz à vista."*

Sr. Presidente – *"Não, mas é assim... Não é fazer um estalinho e as coisas aparecem. Como sabe, tudo isto tem os seus processos e, portanto, não se pode dizer que a Câmara Municipal de Setúbal não está atenta a estas dificuldades todas. Estamos atentos e estamos a fazer aquilo que está ao nosso alcance, assim..."*

Agora, permita-me que lhe diga outra coisa: Assim todas as entidades que têm responsabilidade em encontrar soluções de habitação condigna para os cidadãos, os

que são portugueses e aqueles que vêm para cá trabalhar, e muitos deles, como nós sabemos, vêm para cá trabalhar e fazem cá falta.

(Voz, em fundo)

Certo, mas assim essas entidades que têm essa responsabilidade fizessem o mesmo que a Câmara Municipal está a fazer. Muito obrigado, mais uma vez, pela sua vinda aqui, está bem? Obrigado.”

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e dezanove minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

Assinado por: **ANDRÉ VALENTE MARTINS**
Num. de identificação: 02589437
Data: 2024.02.15 10:09:20+00'00'



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 6 de dezembro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 39 folhas numeradas.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Assinado por: **Paulo Jorge Simões Hortênsio**
Num. de identificação: 07023028
Data: 2023.12.12 13:08:53+00'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico**
Atributos certificados: **Diretor do Departamento
Municipal de Administração Geral e Finanças -
Município de Setúbal**



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes e Vítor Marcos / Conferida por: Ana Paula Lico /
Revista por: Paulo Hortênsio